

A VIOLÊNCIA ESCOLAR:

DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

JEAN CARMO BARBOSA

ROSEMARY TOURINHO PEREIRA

MARIA ELEUSA MONTENEGRO (Org.)

FABIANA LEMOS GONÇALVES

ANA REGINA MELO SALVIANO

NATÁLIA PORCINIO

1a Edição

EQUIPE EDITORIAL

Reitor

Getúlio Américo Moreira Lopes

Normalização

Biblioteca Reitor João Herculino

Projeto gráfico

Fabiana Lemos Gonçalves

Coordenação Geral Acadêmica

Profa. Dra. Maria Eleusa Montenegro

Comissão técnico-científica

1. Dra. Eliete de Pinho Araujo, Centro Universitário de Brasília, Brasília/DF, Brasil
2. Dra Célia Beatriz Piatti, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
3. Dra Sônia da Cunha Urt, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

O livro foi revisado e avaliado por pares.

Grupos de pesquisa

Prática Pedagógica e Formação de Professores

Linha de Pesquisa

Profissão docente e práxis educativa

Disponível em: <http://www.repositorio.uniceub.br/>

BARBOSA, Jean Carmo
PEREIRA, Rosemary Tourinho
MONTENEGRO, Maria Eleusa (Org)
GONÇALVES, Fabiana Lemos
SALVIANO, Ana Regina Melo
PORCINIO, Natália

A violência escolar: diagnóstico e propostas de solução.

108f.

Curso de Mestrado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A violência escolar : diagnóstico e propostas de solução / Maria Eleusa Montenegro, organizadora ; [autores] Jean Carmo Barbosa et al. – Brasília : ICPD ; CEUB, 2021.
108 p.

ISBN 978-85-7267-056-2

1. Violência escolar. 2. Professor. I. Título.

CDU 371.5

Sobre os autores

JEAN CARMO BARBOSA

Possui graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brasília (2010). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação em Periferias Urbanas e Educação de Jovens e Adultos. Mestrando como aluno especial no Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Tem experiência na área de gestão pública, trabalhou no Governo do Distrito Federal – Administração Regional de Brasília e na Administração Regional de São Sebastião com temáticas ligadas à gestão pública, orçamento, planejamento urbano, democracia participativa, planejamento estratégico e elaboração e gestão de projetos. Atualmente ocupa o cargo de assessor parlamentar na Câmara dos Deputados. *E-mail:* jeancarmo@gmail.com

ROSEMARY TOURINHO PEREIRA

Cursou licenciatura em Letras na Faculdade de Ciências da Saúde e Educação do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, terminando em 2011, cuja dissertação teve como título: A sociedade e a Violência na Escola - Diagnose – proposta de solução. Orientadora Prof.^a. Dr.^a. Maria Eleusa Montenegro. Trabalhou na Biblioteca Reitor João Herculino do UniCEUB. *E-mail:* maria.montenegro@ceub.edu.br

MARIA ELEUSA MONTENEGRO (Org.)

Mestre e doutora em Educação pela UNICAMP/SP (área de concentração em Psicologia da Educação); pós-doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB); professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG); professora substituta da Faculdade de Educação da UnB; professora da disciplina Docência do Ensino Superior e Compromisso Social do curso de Mestrado de Arquitetura e Urbanismo e dos cursos de Licenciaturas do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). *E-mail:* maria.montenegro@ceub.edu.br

FABIANA LEMOS GONÇALVES

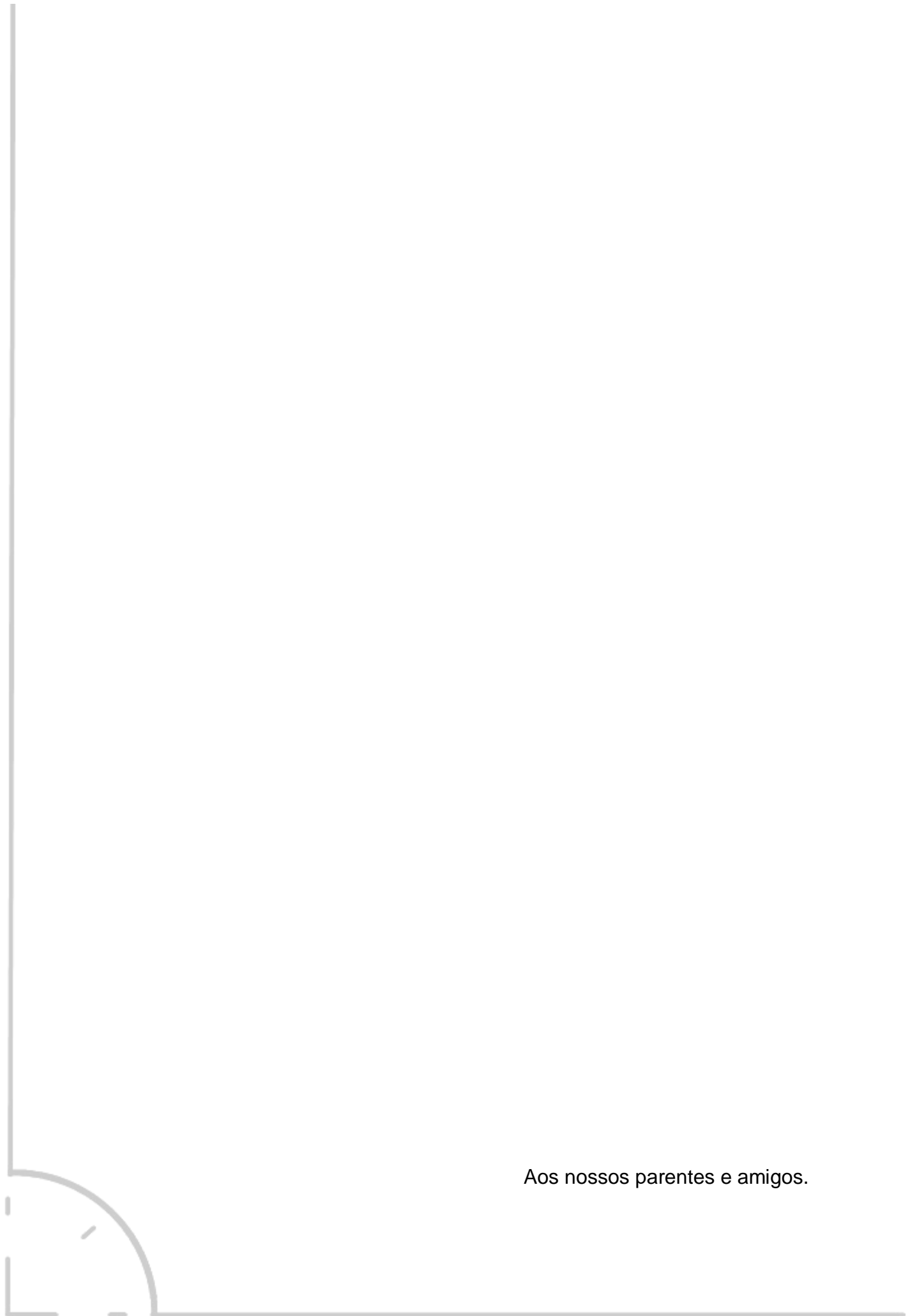
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, linha de pesquisa: Teoria, história e projeto de habitação, no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); especialista em Projeto, Execução e Manutenção de Edificações Civas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); atualmente trabalha como assessora plena na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF) desenvolvendo projetos executivos voltados à baixa renda e acompanhando obras de habitações sociais em diversas áreas de interesse social (ARIS) do DF. *E-mail:* fabianagoncalves.arq@gmail.com

ANA REGINA MELO SALVIANO

Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB, Currículo e Metodologia de Ensino); pedagoga; orientadora educacional; administradora escolar; professora aposentada da Secretaria de Educação do Distrito Federal; professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), coordenadora da pós-graduação em Docência do Ensino Superior e responsável pelo atendimento educacional especializado nessa mesma Instituição. *E-mail:* ana_regina@terra.com.br

NATÁLIA PORCINIO DA SILVA

Estudou no Centro de Ensino Fundamental 602 e no Centro de Ensino Médio 804. Graduada em Letras pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul). Atua como monitora voluntária de espanhol no Centro Interescolar de Línguas(CIL). *E-mail:*porcinionatalia@gmail.com.



Aos nossos parentes e amigos.

PREFÁCIO

A Escola como lócus da cidadania

O livro em formato eletrônico que chega agora a um público bem mais amplo daquele que tiveram acesso primeiro os membros do Grupo de Pesquisa: Prática Pedagógica e Formação de Professores do UniCEUB, revela a necessidade constante de olharmos para o cotidiano escolar com as mesmas preocupações com as quais temos vivenciado o que se passa fora da escola.

A escola como uma organização da nossa civilização não está apartada do que se passa no restante da sociedade. Por isso, as reflexões trazidas nas páginas seguintes, e como parte das pesquisas realizadas por membros do Grupo de Pesquisa, revelam a necessidade de lançarmos olhares tanto para entender o problema da violência, suas origens e suas causas, como para encontrarmos formas de intervir na realidade escolar.

Foi com essa preocupação que as duas pesquisas nos conduzem a entender as dinâmicas das anomalias da convivência, que se revelam nos atos de violência praticados nas mais distintas formas. A escola jamais pode conviver com práticas que a deslegitimem como um constructo social erigido para construir os valores humanos. A escola é um espaço de tolerância, do convívio das diferenças para a prática da cidadania. Portanto, a escola não pode de maneira alguma deixar-se levar por aquilo que a tenta desvirtuar da sua missão.

Se a escola com seus canais existentes não consegue dar respostas a esta tensão, é mais do que necessário que deve envolver o seu entorno e mobilizar as forças vivas para resgatar a sua missão. E nesse particular os trabalhos lançam o leitor a conhecer como é possível este envolvimento para enfrentar em parceria os problemas vivenciados dentro dos muros escolares, por problemas que são trazidos de fora e potencializados neste espaço de convivência.

As teorias administrativas classificam as escolas como organizações complexas. São elas assim entendidas pela convivência de atores que nem sempre atuam em harmonia, ou atuam na mesma direção. A gestão de tais conflitos é tarefa da mais alta relevância para os docentes que lidam diretamente

com esta realidade no nascedouro do dia-a-dia das salas de aulas e que atinge graus de alta complexidade no âmbito da direção das gestões escolares.

Para tanto, canais permanentes de escuta devem estar ativos para que a ação de acolhimento ocorra a tempo de que tais conflitos possam ser contornados em prol do benefício maior, que é a construção das pessoas como indivíduos que saibam conviver em comunhão.

Boa leitura.

Brasília, dezembro de 2021

Remi Castioni*

- Possui graduação (Bacharelado) em Ciências Econômicas pela Universidade de Caxias do Sul (1991) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Realizou pós-doutorado na Universitat de Barcelona, junto ao Institut de Recerca en Educació (2017/18). Atualmente é professor-pesquisador da Universidade de Brasília, classe Associado, atuando na Faculdade de Educação e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa em políticas públicas e gestão da educação.



APRESENTAÇÃO

Muitas foram as monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso sobre Violência Escolar feitas pelos alunos da nossa instituição.

Entretanto, duas nos chamaram a atenção, uma pesquisa realizada por um aluno que era membro ativo da comunidade em que tinha, inclusive, contato com o Conselho Tutelar da região, e que realizou a diagnose sobre a violência escolar, juntamente a outros especialistas da área. A outra, a pesquisa levantou as propostas de solução para o problema da violência escolar. Assim é que, para estas duas pesquisas, foram entrevistados: professores, a coordenação pedagógica/orientador educacional; a direção escolar; um membro do conselho tutelar; um membro da comunidade e um membro de ONG, todos da região onde a escola funcionava.

As pesquisas perpassam pela compreensão da problemática da violência numa perspectiva histórico-social, buscando apresentar o conjunto de características e definições da violência, que são frutos de padrões sociais diversos e de formas distintas de expressão. Portanto, as pesquisas são necessárias para compreender o fenômeno da violência na íntegra, mas também apresentar soluções e atuar nos contextos locais.

Assim, pesquisas de diagnose sobre a violência escolar, que eram geralmente realizadas, centravam-se na própria escola e não propunham solução para o problema. Nestas, ao lado da diagnose ter sido feita de forma abrangente, onde participou toda a comunidade escolar, foram também propostas soluções.

As categorias propostas apresentadas pelos dois trabalhos foram: o que é a violência escolar; as medidas de prevenção e ação no combate à violência na escola; as causas e as consequências da violência escolar; as formas de violência na escola e a educação desconstruindo a violência na escola; preparação do professor diante da violência na escola; o papel da escola, a

participação dos pais, o papel da comunidade e do Estado e a preparação para lidar com a violência.

Aos dois orientados e à orientadora dos trabalhos, juntaram-se mais três integrantes para a elaboração deste E-Book: um profissional para a montagem do livro e mais duas outras pessoas (uma professora e uma estudante), para ajudar na elaboração dos outros componentes do livro (introdução, atualização e conclusão).

Acreditamos que apresentar um livro com duas pesquisas, uma de diagnóstico e outra de propostas de solução será muito interessante e contribuirá muito com o leitor, sobretudo, em um contexto em que dados e pesquisas ainda demonstram um aumento da violência, de episódios de *bullying* e de discriminação no ambiente escolar

Após estes dois trabalhos, tivemos mais dois anos de trabalho de intervenção (pesquisa-ação), colocando em prática os resultados destas pesquisas.

Trabalhamos em uma escola pública do Plano Piloto-Brasília-DF, e em uma escola pública de Santa Maria - DF, ambos nas séries finais do ensino fundamental. Assim, os estudos demonstraram que as escolas se tornaram permeáveis a atos violentos, mas que é possível na atuação conjunta da escola e da comunidade escolar, realizar ações de prevenção à violência, entendendo que esse processo também perpassa pela valorização dos professores e dos profissionais de educação. Nesse sentido, visando apresentar estes trabalhos como forma de contribuir na disseminação de práticas e conteúdos sobre prevenção à violência, apresentamos diagnóstico e algumas soluções ao fenômeno da violência.

O PAPEL DO PROFESSOR NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

RESUMO

O problema da violência no mundo, atualmente, permeia nitidamente e de forma preocupante os espaços escolares, constituindo-se em um grande desafio a ser enfrentado por todos os setores sociais e, particularmente, pela comunidade escolar. Trata-se na verdade de um fenômeno que tem alcançado grandes dimensões, provocando inquietações e preocupações na comunidade educacional - professores, alunos e famílias - bem como em pesquisadores e especialistas. Nessa perspectiva, de aprofundar os estudos com relação à violência escolar, buscou-se o estudo deste tema: "O papel do professor na prevenção da violência escolar", com o objetivo de analisar e compreender a importância da prevenção e da atuação educativa diante da violência escolar, com vistas a contribuir com os profissionais de educação. Para tanto, realizou-se esta pesquisa, orientada por pressupostos metodológicos de cunho qualitativo, utilizando-se como instrumento a entrevista semiestruturada, tendo como participantes quatro especialistas de duas instituições que atuam com prevenção a violência. Nesse contexto, a pesquisa selecionou quatro categorias importantes: as formas de violência na escola; formas de prevenção e ação no combate à violência na escola; a preparação do professor diante dessa violência e o sentido da educação enquanto processo de transformação dessa violência. Ressalta-se que os resultados obtidos, demonstraram que a violência simbólica e as agressões verbais existem no ambiente escolar; a importância de projetos institucionalizados e coletivos como forma de prevenção à violência no ambiente escolar e a importância da educação construída com princípios de afetividade, de respeito às diferenças, tendo o aluno como agente transformador, construindo-se uma contracultura da violência. Frente a essas situações, vale salientar que se usam muitos termos ou palavras que geram a própria violência e que se deve desconstruir a violência na sociedade.

Palavras-chave: Violência. Violência escolar. Prevenção à violência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 JUSTIFICATIVA.....	13
2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	14
3 OBJETIVOS.....	14
3.1 OBJETIVO GERAL.....	14
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
4.1 UMA APROXIMAÇÃO AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA.....	15
4.2 TIPOS DE MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA.....	18
4.2.1 Ameaças.....	19
4.2.2 <i>Bullying e o cyberbullying</i>	19
4.2.3 Violência física e brigas	21
4.2.4 Violência Sexual.....	22
4.2.5 Uso de armas.....	23
4.2.6 Roubos e furtos	24
4.2.7 Racismo.....	25
4.3 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	26
4.4 RECOMENDAÇÕES PARA ATUAR COM PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	30
4.5 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.....	33
4.6 AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO.....	35

5 METODOLOGIA	36
5.1 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	36
5.2 CENÁRIO E PARTICIPANTES.....	37
5.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	37
5.4 CATEGORIZAÇÃO E RESULTADOS DO TRABALHO.....	38
5.4.1 Categorias selecionadas	38
5.4.2 Resultados do trabalho	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	51



INTRODUÇÃO

Presencia-se no mundo atual grande violência praticada ou sofrida tanto por adultos quanto por jovens e crianças que, cada vez mais cedo, entram em contato com este cenário. Cada país possui a sua realidade, mas todos sofrem essa crise. No Brasil, não poderia ser diferente, sendo evidente a inserção de jovens e crianças neste contexto.

Pereira (2000, p. 121, grifos do autor) demonstra claramente essa realidade e seus reflexos ao afirmar que:

[...] não apenas essa presença *evidente e cotidiana* da violência representa uma novidade como também os seus modos de manifestação constituem algo que deixa a sociedade (especialmente certos segmentos sociais) bastante perplexa. É uma violência que *surpreende* que parece vir *de toda parte*, pode atingir os mais diferenciados segmentos sociais, e acontecer praticamente em qualquer contexto; ganha, assim, um ar um tanto *assustador*.

As situações de violência têm-se proliferado de forma generalizada nos mais diversos espaços sociais, alcançando a escola e interferindo no seu trabalho de formação e qualidade do ensino e, como observa Abramovay (2003a, p. 95), “[...] a escola não seria mais representada como um lugar seguro de integração social, de socialização; não é mais um espaço resguardado. Ao contrário, tornou-se cenário de ocorrências violentas”.

Abramovay (2015, p. 8), nesse contexto da proliferação das violências na sociedade, ainda reforça que a escola além de reproduzi-la, também produz formas próprias e diversas que se refletem no dia a dia escolar. A autora continua a explicação afirmando que nesse contexto a violência na escola é um fenômeno com muitas facetas que assume determinados contornos em consequência de práticas que acontecem nas escolas.

No Distrito Federal, percebem-se cotidianamente, por meio dos veículos de comunicação ou até mesmo ao redor das pessoas, crianças e adolescentes cometendo atos de violência, quando deveriam estar na escola, preparando-se para o futuro. Pelo contrário, estão excluídas do processo educacional.

Diante da complexidade e dimensão em que a questão da violência encontra-se na sociedade, estudos e todo tipo de mecanismo devem ser buscados pelos seres humanos na tentativa de estabelecer caminhos para superar essa violência, que assola a sociedade e as escolas.

O reconhecimento da gravidade da violência na sociedade levou a que se verificasse a atuação e prevenção diante da violência escolar. A relação entre professores e alunos deve ser um meio na compreensão de como superar essa violência.

1 JUSTIFICATIVA

A violência e seus vários reflexos na sociedade estão chegando diretamente às crianças que, muitas vezes, por falta de instrução e de oportunidades entram nesse cenário. A educação pode trazer benefícios a esse grupo da sociedade mudando de forma significativa este contexto que está posto atualmente à sociedade, do Distrito Federal. Neste sentido, busca-se por meio deste tema conhecer a importância do professor nesta conjuntura e o papel que este pode desempenhar em sala de aula na prevenção da violência escolar.

Considera-se este tema instigante e desafiador, uma vez que a violência escolar é um dos principais males da sociedade, sendo responsável em parte pela evasão escolar, por afastamento de professores (licenças médicas), depredação do ambiente escolar, enfim, causa impactos profundos tanto físicos como psicológicos a toda comunidade envolvida nesse processo, como apontam Abramovay e Rua (apud MEDRADO, 2008, p.147). A violência no espaço escolar impõe aos alunos graves consequências pessoais, como danos físicos, traumas, sentimentos de medo e insegurança, o que acaba por prejudicar o seu desenvolvimento como pessoa.

Compreender neste estudo a importância do profissional de educação para lidar com situações de agressões, indisciplina e de tantas outras situações que ocorrem em sala de aula e como esta formação irá contribuir para a prevenção de atos de violência no espaço escolar. Também, é de suma importância para todos acadêmicos que atuarão no contexto da educação.

2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Por meio da observação do meio social e das notícias que circulam nos mecanismos de informação, verifica-se uma “onda” de violência presente nas escolas e na sociedade, algo preocupante para a qualidade do ensino e para a construção de um país soberano, em que a educação seja um dos principais instrumentos na melhoria do país.

Diante disso, várias questões foram levantadas referentes a essa problemática da violência no contexto escolar, definidas como preocupações centrais que nortearam este trabalho, no que se refere à atuação e à prevenção da violência escolar, compreendendo as várias relações envolvidas neste processo.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho foi:

Analisar e compreender a importância da prevenção e da atuação educativa diante da violência escolar, com vistas a contribuir com os profissionais da educação.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos foram:

- Verificar as formas de violência no contexto escolar;
- Identificar a formação do professor e sua atuação na prevenção da violência escolar;
- Propor ações educativas como vetores transformadores da violência escolar.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 UMA APROXIMAÇÃO AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA

O fenômeno da violência esteve sempre presente na história da humanidade, sendo historicamente inerente ao homem. Observa-se isto nas guerras, chacinas, crimes, entre outros atos que refletem essa “característica” do homem. Para compreender esse fenômeno é necessário entender o conceito de violência. Segundo Vázquez (1977), a violência é “a aplicação de diferentes formas de coerção, que chegam inclusive a ações armadas, com o objetivo de conquistar ou manter um domínio econômico e político, ou de conseguir esses ou aqueles privilégios”.

No mesmo sentido de Vázquez (1977), Shelb (2002, p. 11, grifos do autor) conceitua violência como:

É toda ação ou omissão que priva uma pessoa dos seus direitos fundamentais, ou seja: *toda ação*: todas as ações de violência têm como ponto comum serem provocadas pelo uso abusivo do poder que uma pessoa tem sobre a outra. Um poder que é “dado” a alguém (opressor) pelo que ela representa de superior, hierarquicamente, naquele momento da vida da “outra pessoa” (oprimido); *ou omissão*: quando a(s) pessoa(s) que detém (êm) o poder não se utiliza(m) deste para garantir o(s) direito(s) do outro; *que priva uma pessoa dos seus direitos fundamentais*: dos seus direitos humanos mais fundamentais e elementares, como direito à vida, direito à saúde, direito à educação, direito à segurança, direito à justiça, direito à dignidade etc.

Aprofundando mais a terminologia da violência, o Dicionário do Pensamento Marxista (GUIMARÃES, 1988, p. 91) aborda que:

A intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou contra si mesmo). Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária [...] a intervenção física, na qual a violência tem por finalidade destruir, ofender e coagir [...]. A violência pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra [...] ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é alvo da ação violenta.

Essa violência está marcadamente presente nos indivíduos para resolver seus mais diversos conflitos, existindo diferentes tipos de violência na sociedade, como: a violência contra a mulher, a violência psicológica, a violência física, a violência política, a violência cultural etc. Ocorre nos mais diversos espaços e instituições como na escola, na família, nas organizações, nos grupos, nos internatos, enfim, onde haja a presença do homem, além da contribuição que a miséria, a fome, a desigualdade, o desemprego, a falta investimento em de educação e outras mazelas contribuem para o crescente quadro de violência. Vázquez (1977, p. 374) afirma que a violência é exclusiva do homem. Na medida em que ele é o único ser que para manter-se em sua legalidade propriamente humana necessita violar ou violentar constantemente uma legalidade exterior (a da natureza).

Nesse sentido, a compreensão do fenômeno da violência torna-se cada vez mais necessária para a sociedade humana, de forma que estudos possam intervir nessa realidade complexa. Para Bonamigo (2008, apud Lima 2020, p. 731), a alusão ao termo violência não pode estar separada do contexto que “implica referenciar valores e normas” que se modificam “no tempo e no espaço das relações sociais”. Nas formações sociais do passado, por exemplo, o sentido atribuído à violência estava mais diretamente associado à “existência de dano físico” ao passo que, nas sociedades atuais, a emergência de novas sensibilidades amplia o significado e o alcance do termo, vinculando-o às práticas de “discriminação por cor, sexo, idade, etnia, religião, escolha sexual; situações de constrangimento, exclusão ou humilhação”. A ampliação dos provedores de significados alusivos à violência sugere que os processos de investigação sobre o tema não devem ser “determinados a priori, mas apreendidos nos coletivos onde se desenvolve a pesquisa”.

Uma dessas realidades é a violência escolar protagonizada por crianças e jovens com idade entre 7 a 14 anos, normalmente de classes sociais baixas. São atores desse cenário que necessitam ser mudados, e isto ocorre por meio da consciência preventiva da violência, sendo a educação um desses meios. Como observa Vázquez (1977, p. 388), a ação educativa poderia servir de exemplo de uma ação não violenta que tende a transformar o indivíduo como ser consciente e social, sem submeter seu corpo à violência.

Portanto, necessita-se valorizar a educação e seus profissionais para que atuem no sentido de prevenir atos de violência, desde o espaço escolar até toda a sociedade. Para Candau, Lucinda e Nascimento (1999), a violência trata-se de uma realidade na qual suas manifestações intra-escolares se apresentam como reflexos da violência social. Nesse sentido, é um fenômeno fundamentalmente derivado, cuja dinâmica se origina na sociedade e se reflete na escola. Seu dinamismo é de fora para dentro. A marca constituída da violência seria a tendência à destruição do outro, ao desrespeito e negação do outro, podendo a ação situar-se no plano físico, psicológico ou ético.

Para Whitaker (1994), há dois tipos de violência: a simbólica e a explícita. Ambas podem ocorrer ao mesmo tempo, mas a violência simbólica é diferente da explícita, que vem se alastrando na sociedade brasileira e até rompendo com o tecido social.

De acordo com Abramovay (2003b, p. 74), a violência simbólica é “abuso de poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade”.

Ristum (apud ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. 2010. p. 74) aprofunda o conceito de violência simbólica apresentado por Abramovay caracterizando a violência simbólica como:

Forma de dominação, inclusive pelos professores, posto que os símbolos são instrumentos estruturados e estruturantes de conhecimento. Mas também os professores estão sujeitos a essa violência, ao ter que cumprir prazos, programas, preencher formulários, cadernetas etc., ou seja, atender às determinações vindas de cima, sem que o professor tenha participação na sua elaboração. Assim, nas nossas instituições escolares, percebe-se o professor com um duplo papel: de um lado, como representante do poder, exerce o papel de dominador; de outro, o papel de dominado, submetendo-se a regulamentos e exigências burocraticamente estabelecidas, em que os aspectos organizacionais administrativos se sobrepõem à pedagogia.

Esses posicionamentos revelam a complexidade do tema referente a violência na escola, que deve ser investigado, estudado, compreendendo as diferentes estruturas familiares, econômica e cultural, que refletem diretamente no ambiente escolar.

4.2 TIPOS DE MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA

A violência se expressa de inúmeras formas no indivíduo que a pratica, segundo Debarbieux, Blaya e Bonafé-Schmitt (apud ABRAMOVAY, 2002, p. 232). Afirmam que é necessário refletir sobre a agressão física, os pequenos roubos, o vandalismo e as “incivilidades” para analisar a violência nas escolas.

A violência se expressa de inúmeras formas no indivíduo que a pratica, segundo Debarbieux, Blaya e Bonafé-Schmitt (apud ABRAMOVAY, 2002, p. 232). Afirmam que é necessário refletir sobre a agressão física, os pequenos roubos, o vandalismo e as “incivilidades” para analisar a violência nas escolas.

As incivilidades de acordo de Debarbieux (apud ABRAMOVAY, 2002, p.75) “seriam violências anti-sociais e antiescolares, quando mais traumática, pois silenciadas e banalizadas para proteção da escola, tomando muitas vezes a forma de violência simbólica. ”

Por serem amplas e complexas essas manifestações da violência, Abramovay (2002, p. 232) as discriminam em algumas categorias:

(1) violência contra a pessoa, expressa verbal ou fisicamente: as ameaças, as brigas, a violência sexual, a coerção mediante o uso de armas; (2) violência contra a propriedade: furtos, roubos e assaltos; (3) violência contra o patrimônio, especificamente o vandalismo e a depredação das instalações escolares. Cada uma dessas categorias envolve práticas descritas detalhadamente, assim como praticantes e vítimas.

Em outro estudo Abramovay (2015, p. 10) destaca também tipos de violências relacionadas às discriminações como raça e homofobia, atrelada a um preconceito acerca de atributos e qualidades de indivíduos a partir de qualidades específicas e que atingem grupos historicamente excluídos socialmente, acometidos pela injustiça social e a falta de políticas públicas.

É fundamental compreender como se expressam essas categorias. Nesse sentido, serão identificadas a seguir diversas situações expostas pelo estudo de Abramovay.

4.2.1 Ameaças

De acordo com Abramovay (2002), as ameaças compreendem as primeiras modalidades de violência contra a pessoa, ou seja, são promessas explícitas de gerar danos ou de violar a integridade física ou moral, a liberdade

e/ou os bens de outrem. Acontece no espaço escolar, entre alunos e entre membros do corpo técnico-pedagógico, ameaças a eles próprios, como também aos pais e funcionários.

As ameaças podem ou não se concretizar em violências físicas, o que gera um clima de tensões cotidianas. Relatos indicam que algumas delas efetivamente passam a agressões físicas por parte dos alunos, quando são colocados para fora da sala de aula ou são suspensos e/ou são proibidos de entrar por terem chegado atrasados. Agentes de segurança e inspetores de disciplina também seriam ameaçados por aplicarem advertências e sanções nas falhas disciplinares e impontualidade (ABRAMOVAY, 2002, p. 235).

Abramovay (2015) destaca ainda que ameaças ou as agressões verbais, produzidas por jovens e adolescentes, muitas vezes compreendidos como fatores menores, têm um impacto sobre o sentimento de violência experimentado por alunos, uma das portas de violências físicas.

4.2.2 *Bullying e o cyberbullying*

Neste cenário de tipos de violência outra manifestação que está sendo estudada/pesquisada internacionalmente é o fenômeno Bullying, Fante (2005) define a palavra Bullying como um termo de origem inglesa, mas que está sendo mundialmente adotado para definir a vontade que uma pessoa tem de maltratar e colocar sob tensão outra pessoa; é um termo que conceitua os comportamentos agressivos e anti-sociais.

Neste mesmo sentido, Constantino (2004 p. 69) define *Bullying* como:

Um comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica, é uma ação de transgressão individual ou de grupo, que é exercida de maneira continuada, por parte de um indivíduo ou de um grupo de jovens definidos como intimidadores e os confronta como vítima predestinada.

Para Constantino (2004), não são conflitos normais ou brigas que ocorrem entre estudantes, mas verdadeiros atos de intimidação preconcebidos, ameaças que, sistematicamente, com violência física ou psicológica. São repetidamente impostos aos indivíduos particularmente mais vulneráveis e

incapazes de se defenderem, o que os leva na maioria das vezes a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização.

Abramovay (2019) considera que há várias pesquisas sobre o *bullying*, mas ela não utiliza o conceito de *bullying*, mas de violência, pois considera que esse conceito seja muito restrito. O conceito exportado de Dan Olweus, menciona que o *bullying* é uma violência entre os pares, mas não leva em consideração o contexto de nosso país, uma vez que as violências não ocorrem apenas entre as crianças, adolescentes e os jovens. Ele se manifesta também entre todos os atores da escola, ou seja, professor-aluno e aluno-professor.

Para a UNESCO (2019), em seu documento *Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial*, os que mais são vítimas desse fenômeno:

As crianças e os adolescentes mais vulneráveis, incluindo os mais pobres ou provenientes de minorias étnicas, linguísticas ou culturais, migrantes ou pertencentes a comunidades de refugiados ou pessoas com deficiências físicas, apresentam maiores riscos de sofrer violência escolar e bullying. Crianças e adolescentes cuja orientação sexual, identidade ou expressão de gênero não se conformam às normas sociais ou de gênero tradicionais são afetados de modo desproporcional. (UNESCO, 2019, p. 8).

Infelizmente o fenômeno *Bullying*, em tempos de proliferação da internet e de uma diversidade de plataformas digitais, ganhou novos contornos, o *Cyberbullying*. Assim, a lei nº 13.185/15 que Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (***Bullying***), também inseriu e definiu a prática de intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*) como “criar meios de constrangimento psicossocial”.

De acordo com a UNICEF (2021) *Cyberbullying* é o *bullying* realizado por meio das tecnologias digitais. Pode ocorrer nas mídias sociais, plataformas de mensagens, plataformas de jogos e celulares, um em cada cinco estudantes relatam ter saído da escola devido a *cyberbullying*.

4.2.3 Violência física e brigas

Constantemente presentes nas escolas, muitos dos membros da comunidade escolar já viveram ou presenciaram situações de brigas entre

alunos e até mesmo entre outros membros da comunidade escolar. As brigas representam uma das modalidades de violência mais frequentes nas escolas, com ampla multiplicidade de sentidos, abrangendo desde formas de sociabilidade juvenil até condutas brutais. (ABRAMOVAY, 2002, p. 236).

Para Abramovay (2002), as brigas são eventos corriqueiros, legitimando a violência como mecanismo de resolução de conflitos, sendo que, muitas vezes, são consequências de brincadeiras entre alunos, podendo ou não gerar situações mais graves. De acordo com a autora, um dos fatores que desencadeiam violências como brigas e ameaças, é o encarar, um olhar tido como desrespeitoso e desafiador, conduzindo a confrontos.

O Atlas da Violência (IPEA, 2021), utilizando-se do conceito do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, define a violência física como:

atos violentos, nos quais se fez uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo. Ela pode manifestar-se de várias formas, como tapas, beliscões, chutes, torções, empurrões, arremesso de objetos, estrangulamentos, queimaduras, perfurações, mutilações, entre outras.” (IPEA, 2021, p. 76).

Entendendo a gravidade e as consequências que têm esses atos de violência física, Abramovay (2002, p. 240) destaca como o Estado deve elaborar as políticas contra a violência:

Em busca de pistas e para políticas e programas contra violências nas escolas é importante cuidar das diferenças entre universos simbólicos que permitem melhor compreensão de como se comportam os membros da comunidade escolar em face da violência. Como vem se destacando, são comuns as discrepâncias entre os que registram os alunos e os membros do corpo técnico pedagógico. Isso pode significar a presença de barreiras na comunicação e de concepções da realidade, possivelmente expressando conflitos entre tais sujeitos.

Essas diferenças de concepções da realidade obstruem uma atuação mais rápida contra as violências, tanto na comunidade escolar, como na própria elaboração de políticas e programas em nível do Estado.

4.2.4 Violência sexual

Para Abramovay, esta categoria é pouco estudada como manifestação de violência e geralmente ignorada, mas assédio sexual pode ter consequências conseqüentes sobre jovens, gerando uma cultura permissiva, em que atos desse tipo não são vistos como sérios e passíveis de punições.

Abramovay (2002, p. 247) compreende o assédio sexual de maneira mais ampla.

Pode incluir formas diversas de intimidação sexual – olhares, gestos, piadas, comentários obscenos, exhibições – e de abusos – como propostas insinuações e contatos físicos aparentemente não intencionais – além de fofocas, frases, desenhos no banheiro, etc. Destaque-se que o assédio sexual é percebido como uma das formas mais comuns de violência de professores contra alunos, principalmente contra as mulheres...

Nessa forma de violência, para Abramovay (2002), diversos tipos de violência se entrelaçam como a violência física, a verbal e as de caráter simbólico, podendo acarretar sérias consequências, mesmo tendo como desencadeadores professores ou alunos. Uma das consequências dessas formas de violência é o medo de ir à escola, ocasionando muitas vezes a desistência de estudar naquele estabelecimento de ensino ou até de dar continuidade aos estudos. (ABRAMOVAY. 2002, p. 253).

Aprofundando o conceito de violência sexual, o Ministério da Saúde (apud IPEA, 2021, p.76) utilizando-se do conceito do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, apresenta o seguinte conceito:

É qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas, obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar ou participar de alguma maneira de interações sexuais, ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção. Incluem-se como violência sexual situações de estupro, abuso incestuoso, assédio sexual, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, impostas, pornografia infantil, pedofilia, voyeurismo, manuseio, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição

coercitiva/constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico[...]. A violência sexual é crime, mesmo se exercida por um familiar, seja ele pai, mãe, padrasto, madrasta, companheiro(a), esposo(a). (IPEA, 2021, p. 76).

Portanto, a violência sexual que se apresenta de variadas formas, independente de classe social, raça, gênero religião ou cultura, é caracteristicamente uma violação dos direitos humanos, presente nos mais diversos ambientes de convivência da criança, do adolescente, ou de qualquer um que seja vítima desse tipo de manifestação da violência.

4.2.5 O uso de armas

Em tempos de perpetuação e agravamento da violência na sociedade, a utilização de armas para resolver brigas e conflitos torna-se frequentemente predominante no ambiente escolar.

Abramovay (2002) salienta que tanto na literatura nacional quanto na internacional, sobre violência na escola, evidencia-se que a posse de uma arma aumenta a probabilidade de que ocorram confrontos e de que as pessoas envolvidas percam o controle, passando à violência extrema, o homicídio.

Sobre esse assunto, Abramovay (2002, p. 256) constata que:

O fato das armas - de fogo ou não - estarem generalizadamente associadas às ocorrências violentas nas escolas contribui para disseminar o sentimento de insegurança e para naturalizar o seu porte, assim como para justificar a sua adoção como instrumento de defesa. Em outras palavras, mesmo que as armas de fogo não assumam uma predominância absoluta, assusta a sua presença na escola, assim como os percentuais mais elevados, relativa às outras.

Estudo do Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarme e o Desenvolvimento na América Latina e Caribe (UNLIREC, 2020, p. 32) ao fazer um monitoramento dos casos divulgados pela imprensa, dos casos de presença e o uso de armas de fogo em escolas nos países da América Latina e Caribe, apresenta dados alarmantes. No total, foram registrados 122 incidentes com armas em escolas entre junho de 2010 e julho de 2019, sendo os países com o maior número de casos: Argentina (30), México (28) e Brasil (13).

O agravante desse estudo é que o Brasil é o país com o maior número de feridos por arma de fogo, dentro das escolas, com 37 pessoas feridas, seguido respectivamente de México, com 10 feridos, e da Argentina, com quatro (UNLIREC, 2020, p. 44). Dados esses que provavelmente ainda não conseguem mensurar os casos que não são reportados à polícia ou aos sistemas de proteção da criança e adolescente.

Essa presença de armas no espaço escolar, para Abramovay (2002) indica não somente formas de violências efetivas e explícitas, mas também ambientes que banalizam violências, já que as armas, mesmo que não utilizadas, tornam-se constituintes do próprio cenário escolar.

4.2.6 Roubos e furtos

Essas duas manifestações do arcabouço que engloba a violência escolar, de acordo com as pesquisas realizadas por Abramovay e Rua (2002), confundem-se entre os membros do corpo escolar, sendo o termo roubo utilizado para definir ambas as ações, pois o furto em si seria “pegar sem ninguém ver”, já o roubo, de acordo com Dicionário Balsa da Língua Portuguesa (2004), é caracterizado como “apropriação de um bem alheio utilizando de graves ameaças ou violência.”

Na pesquisa realizada por Abramovay e Rua (2002), o roubo de carros ou de objetos pessoais dos alunos e professores seria algo comum, além de bens de patrimônio da escola sendo, os principais, os equipamentos eletrônicos. As ocorrências mais graves são cometidas por pessoas externas à comunidade escolar, que ali penetram à noite, nos fins de semana ou férias. Outro dado relevante é que o Distrito Federal aparece na pesquisa como o segundo Estado em que esses casos ocorrem.

Os pequenos furtos existentes dentro do ambiente escolar, de acordo com Abramovay e Rua (2002), são praticados por pessoas de dentro do espaço escolar, sendo algo que, entre os alunos, coordenadores e diretores, é natural, não se considerando a gravidade do ato em si. Para Abramovay e Rua (2002) omite-se, assim, o significado de incivilidade e de desrespeito ao outro.

Em artigo sobre a militarização das escolas públicas do Distrito Federal: uma análise sobre a violência de Santos e Silva (2021, p. 518) apresenta, como um de seus resultados, que dentro do ambiente escolar e entorno, os maiores medos dos alunos são: furtos e roubos (68,7%), agressões físicas (60,3%) e ameaças (51,9%). Dos responsáveis são: drogas e agressões físicas (89,7%) e assédio sexual (74,4%).

4.2.7 Racismo

Uma outra caracterização de violência e discriminação muito comum na sociedade segundo Abramovay (2015, p. 11) é o racismo, que “acompanha a realidade brasileira há muito tempo, e que, mesmo estando sua prática condenada pelo código penal (artigo 2º da Lei n. 9.459, de 1997), ainda se perpetua nas escolas.”

O Brasil ainda é reconhecidamente um dos países mais desiguais do planeta, e uma das dimensões dessa desigualdade é racial.

Essa realidade é consequência da formação social do Brasil baseado numa economia escravista. Ao fazer um breve resgate histórico, do século XVI ao XIX, homens e mulheres, negros e negras africanas, foram retirados de suas nações para serem utilizados como mão de obra escrava e tratados como sub-humanos no Brasil.

Porém, foi um processo em que houve muita resistência, várias manifestações ocorreram, diversos episódios marcaram a história do Brasil, história que ainda não foi devidamente contada. Essa resistência, sobretudo do movimento negro contribuiu no avanço de políticas públicas ao qual se destaca a concretização da Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Também, a Lei no 10.639/2003 (BRASIL, 2003) que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

No entanto, apesar dos avanços, Abramovay (2015) aponta que no plano das discriminações, instituições, como a escola, podem reforçar, servir à sua reprodução e, com isso, reduzir possibilidades de mobilidade educacional e social de crianças, adolescentes e jovens negros, reforçando ai que:

No Brasil, os apelidos atribuídos a pessoas identificadas como negras, por exemplo, tendem a ser diversos e ofendem. A ofensa racial cria uma percepção de si mesmo, muitas vezes negativa, com profundos impactos nas opiniões que os jovens têm sobre si mesmos. O racismo não é inofensivo, apesar de ser mascarado, podendo aparecer como brincadeira, por meio de apelidos ou de linguagem corporal que causa dor e sentimento de impotência. (ABRAMOVAY, 2015, p. 11).

Há, portanto, no ambiente do conjunto da sociedade e das instituições como a escola um percurso a ser perseguido, seja do ponto de vista do avanço legal, dos instrumentos educacionais e culturais visando transformar essa realidade.

4.3 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Estando a violência presente nos diversos espaços da sociedade, presencia-se cada vez mais no cotidiano escolar a ação de atos violentos, cometidos por estudantes de idade entre sete e quatorze anos, embora estes também sofram algum tipo de violência no espaço escolar, constituindo-se fenômeno preocupante. (ABRAMOVAY, 2015)

A escola não é mais um local neutro, resguardado dos riscos exteriores. É evidente que esse tipo de violência tem consequências internas e pode ser analisada dentro da lógica escolar. (ABRAMOVAY, 2015, p. 14).

Conforme estudo da UNESCO (2019), em seu Relatório sobre a situação da violência escolar e o *bullying*, destaca que entre as causas de origem dessa violência estão as normas sociais e de gênero, bem como fatores estruturais e contextuais mais amplos, tais como a desigualdade de renda, exclusão social, marginalização e conflito. Ou seja, estão ligados à situação de abandono em que estão relegadas crianças, adolescentes e jovens, especialmente de baixa renda.

Para compreender essa realidade violenta que compromete a escola é necessário distinguir a violência na escola, a violência à escola e a violência da escola.

Charlot (2005) define a violência na escola como sendo aquela produzida dentro do ambiente escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um grupo entra na escola para acertar contas, a escola é apenas o lugar onde ocorre uma violência que poderia ter acontecido em qualquer outro local. Já a violência à escola está atrelada à natureza e às atividades da escola: quando os alunos provocam incêndios, batem ou insultam os professores, são atos que têm por objetivo diretamente à instituição e àqueles que a representam. A violência da escola é uma violência institucional, simbólica, que os próprios alunos sofrem devido à maneira como a instituição e seus agentes os tratam (a forma em que é feita a distribuição da sala de aula, de atribuição das notas, palavras desdenhosas dos adultos, ou atos considerados injustos ou racistas).

Abramovay (2003) relata que, quanto a este aspecto no cotidiano das escolas, predominam exemplos de violência institucional, como, por exemplo, alunos que dizem que há professores que têm dificuldades de dialogar com eles, humilhando-os e ignorando-os completamente em seus problemas, não querendo nem sequer escutá-los, pois a professora “fala que não tem nada a ver com isso”. Outros tratam mal os alunos, recorrem a agressões verbais e os expõem ao ridículo, quando estes não entendem algo ou quando não conseguem responder a uma pergunta.

Percebe-se que o fenômeno da violência aparece de ambos os lados no espaço escolar - professores e alunos. Essa violência associar-se-ia, segundo Debarbieux (apud ABRAMOVAY, 2003a, p. 94, grifo do autor), três dimensões sócio-organizacionais distintas:

Primeiramente, a degradação do ambiente escolar, isto é, a grande dificuldade de gestão das escolas, resultando em estruturas deficientes. Em segundo, a uma violência que se origina de fora para dentro das escolas, que as torna “sitiadas” (Guimarães, 1998) e se manifesta por intermédio da penetração das gangues, do tráfico de drogas e da visibilidade crescente da exclusão social na comunidade escolar. Em

terceiro relaciona-se a um componente interno das escolas, específico de cada estabelecimento. Há escolas que historicamente têm-se mostrado violentas e outras que passam por situações de violência. É possível observar a presença de escolas seguras em bairros ou áreas reconhecidamente violentas e vice-versa, sugerindo que não há determinismos nem fatalidades, mesmo em períodos e áreas caracterizadas por exclusões, o que garante que ações ou reações localizadas são possíveis.

Abramovay (2003, p. 94) ainda levanta algumas questões inerentes a este problema que atinge a escola:

Além de apresentar problemas de gestão interna e precariedades de múltiplas ordens, a escola também vê a ideologia que a sustentou por vários anos ser contestada. Os grandes discursos sobre princípios e valores da educação já não encontram ressonância na sociedade. A escola não prepara mais para o mercado de trabalho, nem é mais a única ou principal fonte de transmissão de conhecimento sobre o acervo cultural da humanidade. Além disso, a escola não corresponde à expectativa de abrir possibilidades para um futuro para os jovens. Finalmente, a escola deixou de ser um lugar seguro de integração social, de socialização, um espaço de resguardo; ao contrário, tornou-se cenário de ocorrências violentas.

Pode-se verificar, de acordo com Abramovay (2003), que dois problemas inferem na atual conjuntura da escola: a primeira, situada por meio dos problemas de gestão e a segunda devido à desorganização da ordem social. Candau, Lucinda e Nascimento (1999), reforçando o segundo problema inerente à escola, afirma que a violência trata-se de uma realidade na qual suas manifestações intra-escolares se apresentam como reflexo da violência social. Neste sentido, é um fenômeno fundamentalmente derivado, cuja dinâmica se origina na sociedade e se reflete na escola. Seu dinamismo é de fora para dentro. A marca constituída da violência seria a tendência à destruição, ao desrespeito e à negação do outro, podendo a ação situar-se no plano físico, psicológico ou ético.

No mesmo sentido apontado por Candau, Lucinda e Nascimento (1999) em que a violência escolar é reflexo da violência social, Vieira, Brasil e Legnani (2015) apontam que é inegável que o fenômeno da violência escolar está diretamente relacionado com a violência existente em seus entornos e com o contexto cultural e social em que a escola está inserida.

Essa complexidade de fenômenos que se inicia no contexto social e reflete diretamente na escola, no trabalho do professor e no aprendizado do aluno e algumas causas são apresentadas por Abramovay (2003a, p. 104), sendo elas:

A violência na escola não se limita aos incidentes que ocorrem dentro de seus limites [...]. O bairro, a rua a rua onde ela se localiza e a infra-estrutura existente no seu entorno (lojas, bares, a existência de policiamento e equipamentos de segurança de trânsito, etc.), podem facilitar ou dificultar o acesso à escola, melhorar ou piorar suas condições de segurança. Alteram, portanto, sua rotina, suas relações internas, bem como as interações entre os membros da comunidade escolar com o ambiente social externo.

Todo esse aparato que forma a comunidade escolar contribui para incidências de violências, mas há existência de mais um condicionante neste cenário: o tráfico de drogas, que circunda preferencialmente escolas da periferia, mas vem se estendendo a qualquer classe social. Abramovay (2003a, p. 105), demonstra a problemática que o tráfico causa a escola, na seguinte afirmação:

Entre todas as formas de violência que podem ocorrer no entorno das escolas, o tráfico de drogas representa uma grande preocupação, pois a ação desses grupos pode torná-las inseguras, violentas. Em algumas áreas mais críticas, os traficantes impõem suas regras de circulação e de conduta - sem falar no risco de tiroteios nas redondezas das escolas em decorrência de disputas entre grupos ou de embates com a polícia.

Esse tráfico que circunda as escolas também se estende para dentro das mesmas, impondo situações de silêncio a toda comunidade escolar. Pesquisa nacional sobre violência, AIDS e drogas nas escolas (UNESCO apud ABRAMOVAY, 2003a, p. 98), revela que em média 23% dos alunos afirmam já ter presenciado o uso de drogas dentro da escola e que não é muito menor que a verificada fora dela.

Essa situação tem reflexos comprometedores no cotidiano da escola, como demonstra Abramovay (2003a, p.111, grifo do autor):

Para a juventude, a escola deveria ser um local de sociabilidade, com espaços para encontros e segurança garantida. Quando a escola não oferece espaços seguros,

regras claras e limites definidos, os alunos experimentam uma sensação de não-pertencimento. Neste clima, os alunos são levados a viver concretamente a “lei do silêncio”, imposta pelos chefes do tráfico de drogas, e perdem a confiança nos adultos e na própria escola.

São nítidos os graves problemas que a escola vem enfrentando nesse aspecto, mas esta não se deve colocar como vítima, mas entender que é parte de um processo de superação dessa violência e que para prevenir atos violentos é primordial se avançar como ser humano.

4.4 RECOMENDAÇÕES PARA ATUAR COM PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA ESCOLAR

A escola, por exemplo, não cria violência sozinha, apenas reproduz a violência dentro dela. Mas também pode ser um meio de diminuí-la se atuar com conteúdos que ofereçam sentidos à vida dos alunos (CORTELLA, 2009, apud SOARES; IRA, 2018). Diante da problemática do fenômeno da violência escolar vista com perplexidade pela sociedade, algumas ações e programas são realizados com o intuito de combatê-la.

Primeiramente, é importante analisar o que os dispositivos legais apontam no sentido de promover a diminuição da violência escolar. Digiácomo (1999) aborda que os dispositivos constitucionais que tratam da educação, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) descrevem a ação mais coerente para o combate à violência nas escolas: envolvimento dos alunos, de suas famílias e da comunidade, com sua integração cada vez maior no ambiente escolar e participação efetiva no debate acerca dos problemas da escola e em sua solução.

Para Ruotti (2006, p.210) não existem receitas prontas para o problema da violência na instituição escolar, mas alguns princípios norteadores e algumas ações que vêm sendo realizadas em outros países. Esclarece ainda o autor que, por mais que as concepções e os projetos sejam satisfatórios, o êxito dependerá da participação dos diferentes membros da comunidade escolar, bem como da disposição para quebrar algumas barreiras hierárquicas, tão comuns no sistema de ensino brasileiro.

Desse modo, serão necessárias ações como: a) sensibilizar e motivar os grupos envolvidos, ou seja, a possibilidade de implantação do projeto passa pela sensibilização e envolvimento do corpo de funcionários, a fim de que o projeto seja incorporado nas práticas cotidianas da escola; b) encorajar ampla participação, a fim de que os projetos possam transitar do planejamento para a execução. Projetos que são concebidos por instâncias superiores também passam por esses desafios, por isso os resultados podem ser muitos diferenciados entre as escolas. Há uma grande distância entre a elaboração e execução de um projeto desse tipo, sendo que vários problemas, especificamente da rede pública de ensino, vem a complicar ainda mais o seu desenvolvimento, como as condições materiais, a superlotação das escolas e a grande rotatividade dos professores. (RUOTTI, 2006)

Percebe-se a importância do estreitamento na relação escola e comunidade e a ampliação da participação de todos envolvidos no processo escolar. Nesse sentido, Abramovay (apud DEARBIEUX, 2003, p. 213) reforça também a importância da relação com a comunidade, pois essa aproximação direciona para a existência de uma preocupação com intuito de flexibilizar o processo de formação do jovem. Para muitos diretores, a ênfase na integração com pais/responsáveis e moradores locais constitui uma forma de compartilhar os diferentes problemas da escola.

Nessa percepção, Ortega (apud ABRAMOVAY, 2006, p. 367) afirma que:

A parceria entre escola e família, mais especificamente o estreitamento da relação entre professores, alunos e suas famílias é algo de fundamental importância, pois esses micro sistemas são vistos como importantes agentes de transformação, sendo impreterível a compreensão da interpretação de cada um deles sobre o problema da violência e a forma pela qual estes são afetados por ela.

Apesar de vários estudos, pesquisas e experiências que comprovam a eficácia de um modelo democrático, em que envolve a participação da comunidade, há escolas que ainda utilizam como alternativa o uso de medidas punitivas e ações de caráter repressivo. Abramovay (2006, p. 360) apresenta a ineficácia dessa medida ao afirmar que:

As punições nem sempre são reconhecidas como instrumentos efetivos de ordenamento do espaço escolar, sobretudo porque no seu caráter de justiça varia muito de acordo com as circunstâncias. Além disso, a flexibilidade na aplicação das

punições incita nos alunos um sentimento de impunidade, sendo determinantes para o não cumprimento das mesmas.

Isto, considerando que a concepção de que as punições não resolvem os problemas de indisciplina e de violência no espaço escolar e demonstrando que a construção de um ambiente participativo pode trazer retorno positivo para escola no combate à violência escolar, Abramovay (2006, p. 364) apresenta outra característica importante e complementar a esse processo:

A ideia é tornar a escola um espaço atrativo aos alunos, onde sejam oferecidas atividades que despertem o seu interesse. A proposta é fazer com que o estudante se sinta mais integrado à escola e à comunidade escolar por meio de oportunidades de lazer, esporte e cultura, bem como através do desenvolvimento de atividades extracurriculares, o que pode se mostrar como uma forma de enfrentar a violência na escola.

Nessa perspectiva, Digiácomo (1999) sugere também a realização constante de seminários a fim de ministrar lições básicas sobre direitos constitucionais, ética e cidadania com o intuito de conscientizar pais e alunos sobre seus direitos e deveres, articulando ainda a maneira que cada um poderá contribuir na prevenção à violência escolar.

Cabe ressaltar ainda que, de acordo com Abramovay (2003a), as medidas contra as violências nas escolas partem de três premissas gerais: realizar diagnósticos e pesquisas para conhecer o fenômeno na concretude, legitimação dos sujeitos envolvidos e fazer um monitoramento permanente das ações nas escolas.

Para reafirmar a importância dos programas de prevenção, Ruotti (2006, p. 214) salienta que:

De modo geral, a avaliação desses programas escolares de prevenção evidenciou que aqueles que são destinados a monitorar o comportamento e reforçar a assistência e o percurso acadêmico melhoraram positivamente o comportamento escolar e a realização acadêmica, além de causar um decréscimo da delinqüência.[...] além disso programas de intervenções comunitárias também avaliadas mostraram resultados positivos em redução de risco e aumento de fatores de proteção, e certos estudos longitudinais mostraram que determinados programas foram efetivos em reduzir o crime juvenil e o abuso de substâncias.

Por isso, é necessário a introdução e ampliação de programas que visem à prevenção à violência escolar nas mais diversas escolas, e que esses programas valorizem o modo próprio de ser, pensar e agir de cada estudante.

4.5 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Uma das figuras centrais no combate à violência na escola é o professor. Este tem um papel fundamental diante desse fenômeno que atinge as escolas. Cubas (2006) enfatiza que, mesmo havendo um sentimento de impotência que atinge grande parte dos educadores, é quase unânime entre os pesquisadores em educação ressaltarem o papel fundamental desses profissionais nas ações de intervenção e prevenção da violência ou na reconstrução da função que a escola tem na vida dos estudantes.

Considerando o papel fundamental que o professor tem para a sociedade, sua formação deve estar intrinsecamente ligada às questões da violência, Blaya (apud CUBAS 2006, p. 47) salienta que, atualmente, além das questões estruturais do trabalho docente, a formação dos profissionais de educação não colabora na constituição de pessoas preparadas para lidarem com situações conflituosas e administrar crises. Cubas (2006) demonstra a necessidade de uma formação de qualidade ao destacar que, perante as novas exigências e demandas aos professores, estes não podem estar capacitados somente para ministrarem e educarem seus alunos nas disciplinas que fazem parte do currículo, mas, além disso, têm que desenvolver a competência para intervirem e impedirem comportamentos agressivos. Isso só será realizado por meio de uma formação inicial e continuada de qualidade em que se abordem os conflitos envolvendo o espaço escolar.

A partir do estudo realizado por Égide Royer (2003), percebe-se a baixa formação dos professores para lidarem com a violência escolar. Cheney e Barringer (apud ROYER, 2003, p. 64) afirmam também que a falta de conhecimento e de habilidades por parte dos professores em suas interações com os jovens marginalizados é especialmente preocupante.

No mesmo sentido, Bandura (apud ROYER, 2003, p. 64) afirma que,

De fato, os professores se utilizam, em suas práticas educativas, de intervenções que estão longe de ser ideais. Embora as práticas exemplares ou eficazes sejam conhecidas, elas muito raramente são observadas na prática. É o que acontece com estratégias de intervenção provenientes do modelo de aprendizagem social.

Wehby, Simons e Canale (apud ROYER 2003, p. 64) complementam o que foi citado acima, ao relatarem a má aplicação do modelo de aprendizagem social.

[...] são frequentemente muito mal aplicadas no ambiente escolar, em especial no que tange a disciplina em geral e ao enquadramento de alunos. Assim, a aprovação em sala de aula, comunicada pelos parabéns do professor, um elemento fundamental junto aos jovens que apresentam dificuldades de comportamento na escola, é praticamente inexistente em sala de aula para jovens com dificuldades de comportamento.

São complexos os fatores que envolvem a formação do professor e suas atitudes em sala diante dos alunos e da comunidade escolar. Skiba e Peterson (apud ROYER, 2003, p. 66) demonstram essa realidade ao relatarem que os professores consideram insuficiente e imprópria a formação que obtiveram na universidade tanto na graduação ou em nível de pós-graduação, tendo dificuldades para lidarem com situações conflituosas em sala de aula, muitas vezes adotando posturas autoritárias, o que geralmente pode levar a agravar mais o problema de comportamento em sala. Com uma formação inadequada para atuar diante de situações de indisciplina, os professores e gestores repetidamente utilizam a punição como medida para resolver a rebeldia, gerando um círculo de repressão. Do mesmo modo, a formação dos pais também é fraca e frequentemente a escola aponta os pais como culpados pelos problemas de comportamento dos jovens, e quer punir tanto a família quanto o aluno.

Nesse sentido, é essencial nos dias de hoje a busca por uma ampliação da formação inicial que se teve. São necessárias especializações que “fortifiquem” a área de atuação de cada professor, que este desenvolva uma cultura e tradição de formação permanente. Há uma especialização que todos devem se inserir, a formação para a prevenção e combate à violência escolar. Em consonância com isto, a permanente busca pela modificação dos currículos

e da concepção de ensino que vem reduzindo a grade curricular dos cursos de licenciaturas.

O ritmo violento em que se encontra a sociedade não afasta qualquer educador, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, de lidar, sofrer ou até praticar atos de violência. Royer (2003, p. 69-70) enfatiza que a questão da formação básica e continuada dos professores, merece que se dedique a ela mais energia, tanto no plano da pesquisa quanto no plano da implantação de práticas formativas exemplares.

4.6 AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO

Como o enfrentamento à violência escolar nas suas diversas manifestações é permanente, o fenômeno tem tido um olhar do conjunto da sociedade, desde Organizações Internacionais, nacionais, movimentos sociais, governo e legislativo, bem como os acadêmicos, o que tem proporcionado um avanço nos dispositivos legais no tocante à violência nas escolas.

Dentre esses dispositivos, pode-se citar três importantes instrumentos legais:

- A Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para incluir, entre as competências dos estabelecimentos de ensino, a obrigação de promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz. (BRASIL, 2018)
- Considerando o *bullying* como outro tipo de violência que se encontra no contexto escolar, pode-se destacar a Lei nº13.185, de 6 de novembro de 2015, que Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**), classificando-o como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. A classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros, e insere intimidação sistemática na rede mundial de computadores (**cyberbullying**) (BRASIL, 2015).

- Por fim, cabe destacar dispositivo inserido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB pela Lei nº 13.803, de 10 de janeiro de 2019 na qual obriga a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar, quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei (BRASIL, 2019).

Portanto, ao se compreender que violência na escola e suas diversas manifestações é um tema de natureza complexa e que envolve questões de ordem social, cultural, familiar, econômica etc., que se inter-relacionam e se reconfiguram em níveis de complexidade cada vez maiores, implicando em aprofundamento dos estudos, bem como de permanente revisão e aperfeiçoamento da legislação visando à conscientização, à prevenção e à criação de uma cultura de paz, tanto no ambiente escolar, na comunidade em seu entorno, bem como no conjunto da sociedade.

5 METODOLOGIA

5.1 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A abordagem metodológica utilizada para realização deste trabalho foi um estudo de caso de cunho qualitativo. Goldenberg (2001, p. 16-17) esclarece a escolha deste método:

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria.

Algumas características da pesquisa qualitativa são importantes para Goldenberg (2001), que cita Bogdan e Biklen (apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11-13),

[...] tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é muito maior com o produto e o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.

Para a análise e discussão dos dados compatibilizou-se dados e os resultados encontrados ao problema da pesquisa, aos seus objetivos e à fundamentação teórica. Para isto, foram utilizados, sobretudo, os autores Abramovay (2002, 2003a, 2003b, 2006), Vázquez (1977), Debarbieux (2003) e Royer(2003).

5.2 CENÁRIO E PARTICIPANTES

Esta pesquisa foi realizada com quatro especialistas de duas instituições que atuavam na área de prevenção à violência. O critério para seleção desses especialistas foi o de ter representatividade e respeitabilidade local ou nacional com trabalhos divulgados referentes ao tema. Além disso, deveriam ter tido atuação na área de prevenção à violência, sendo entrevistados em seu ambiente de trabalho.

A entrevista se deu de forma manuscrita e não ofereceu risco ao participante, sendo conservada em anonimato a identidade dos sujeitos, não comprometendo, portanto, sua imagem.

Todas as informações quanto à pesquisa, foram fornecidas aos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

5.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para a coleta dos dados de pesquisa foi utilizada a entrevista.

A entrevista é a metodologia indicada como mecanismo de validação de resultados. De acordo com Goldenberg (1997), as entrevistas e questionários podem ser de dois tipos: fechadas e abertas. Nesta pesquisa foi utilizada a pesquisa semiaberta,

Goldenberg (1997, p. 85) lembra com relação aos instrumentos de pesquisa, que ao trabalhar com os mesmos:

É bom lembrar que lidamos com o que o indivíduo deseja revelar, o que deseja ocultar e a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros. A personalidade e as atitudes do pesquisador também interferem no tipo de respostas que ele consegue de seus entrevistados.

A entrevista deve ser bem elaborada e cautelosa. Goldenberg (1997, p. 86), apresenta alguns cuidados importantes para a entrevista, como: "o pesquisador deve ter em mente que cada questão precisa estar relacionada aos objetivos de seu estudo. As questões devem ser enunciadas de forma clara e objetiva, sem induzir e confundir, tentando abranger diferentes pontos de vista."

O roteiro de entrevista desta pesquisa encontra-se no **apêndice A**.

5.4 CATEGORIZAÇÃO E RESULTADOS DO TRABALHO

5.4.1 Categorias selecionadas

As categorias selecionadas para a análise e discussão dos dados foram:

- Prevenção e ação no combate à violência na escola;
- Preparação do professor diante da violência na escola;
- Formas de violência na escola;
- A educação desconstruindo a violência na escola.

5.4.2 Resultados do trabalho

Esta pesquisa foi realizada com quatro especialistas com atuação na área de prevenção à violência escolar, sendo 75% dos entrevistados do sexo feminino.

Todos participantes da entrevista possuíam idade entre 31 e 50 anos de idade, sendo que todos possuem mestrado, três em Educação e um em Sociologia com especialização em Psicologia Social, com atuação entre três e dez anos na área de prevenção à violência escolar.

- Prevenção e ação no combate à violência na escola;

Ao questionar os especialistas sobre os principais programas de prevenção à violência no Distrito Federal, observou-se que cada um apresentou um programa diferente. Os programas citados foram: o Proerd, da Polícia Militar, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal; o Esporte à Meia Noite, do Ministério do Esporte; os programas de saúde do escolar; o programa Justiça Restaurativa, ligado à Vara da Infância e da Juventude, que está

presente em 12 Estados, sendo o Rio Grande do Sul o embrião do projeto, que tem o intuito de restaurar vínculos e valores, com o sentido não de julgar, mas de restaurar; o programa Escola Aberta e a Política de Promoção à Cidadania e Cultura de Paz.

Todos esses programas corroboram com os estudos de Ruotti (2006) ao esclarecer que não existem receitas prontas para o problema da violência no contexto escolar, mas alguns princípios norteadores e algumas ações como as que estão sendo realizadas em alguns países.

O projeto Escola Aberta, também citado, teve relevância, pois 75% dos entrevistados mencionaram este projeto que é ligado ao Ministério da Educação, e idealizado na cátedra que um dos pesquisados coordena. A citação desse projeto, segundo Abramovay (2003), salienta a importância da relação com a comunidade escolar, pois essa aproximação direciona para a preocupação com o intuito de flexibilizar o processo de formação do jovem, constituindo uma forma de compartilhar os diferentes problemas da escola. De acordo com a revista Escola Inteligente (2020, p. 2), “Se você perceber que episódios de violência têm ocorrido em sua escola, talvez seja o caso de convidar um profissional especializado para auxiliar na tarefa de identificar as motivações, discutir as ações e atuar em busca de soluções”.

Em relação a conhecerem alguma escola no Distrito Federal referência na prevenção da violência escolar, os participantes responderam que algumas escolas desenvolvem bons trabalhos, mas não há uma referência. Foi citada a Regional de Samambaia, o CEF 24 da Ceilândia e a E. C 304 Norte que desenvolvem bons trabalhos, sendo que esta última tem seu projeto político-pedagógico fortalecido pela participação da comunidade.

Uma resposta importante observada foi que não se enfrenta a violência, mas a desaprende. No entanto, ao se observar a história da humanidade que está repleta de violências, constata-se a afirmação de Vázquez (1977) de que “a violência é exclusiva do homem”, então se tem um grande desafio: desaprender algo que historicamente é inerente ao homem.

Com o intuito de se verificar as medidas que a escola pode adotar para prevenir atos de violência no contexto escolar, os especialistas entrevistados destacaram principalmente a criação de um ambiente de convivência saudável, superando as práticas promotoras da violência.

É importante destacar que, segundo uma especialista, a violência escolar está presente em qualquer classe social e essa deve ser superada criando-se um ambiente da cultura de paz.

Foi citada a importância da formação dos profissionais que devem se inserir em cursos e debates sobre temáticas ligadas à infância e juventude, além de atividades culturais.

Como atividades importantes sugeridas para a prevenção à violência no ambiente escolar, os especialistas citaram jogos recreativos que envolvem a comunidade e que deixam a criança se expressar por meio do esporte e do teatro.

Foi ressaltada também a importância do investimento na educação, pois as condições precárias das escolas inviabilizam o processo educacional. Conforme salienta Abramovay (2003), além de apresentar problemas de gestão interna e precariedade de múltipla ordem, a escola também vê a ideologia que a sustentou por vários anos ser contestada, ou seja, no percurso dos estudos e ações para prevenção da violência escolar, deve-se reestruturar o sistema educacional.

Nesse contexto, Abramovay (2019) também ressalta que falta um investimento efetivo de políticas públicas sobre a temática das violências nas escolas, mesmo diante do esforço do desenvolvimento de várias pesquisas para subsidiar o poder público para pensar essas políticas, tendo pouca efetividade.

- Preparação do professor diante da violência na escola

A formação do profissional de educação é questão fundamental para o enfrentamento da violência na comunidade escolar. Nesse sentido, a pesquisa buscou verificar a opinião dos especialistas sobre a formação e as atitudes dos

professores e da escola e as medidas que os mesmos podem adotar para prevenir atos de violência.

Os participantes, ao serem questionados sobre a postura do professor frente ao aluno violento, foram unânimes em afirmar que geralmente o que ocorre é que o professor rejeita o aluno violento, por meio do não acolhimento, ou por não saber lidar com a criança, a negligência; alguns excluem, enquadra e rotula o aluno. Ainda há os que eximem de sua responsabilidade transferindo-a para coordenação ou direção da escola.

Vale salientar que, de acordo com os especialistas, todos afirmaram que o professor é também desencadeador da violência no espaço escolar. Nesse sentido, o especialista C afirmou que eles “são os principais, pois o professor é dono do processo e não os alunos, a culpa é do gestor e não dos alunos”.

Percebe-se, assim, de acordo com os relatos dos especialistas e os estudos de Abramovay (2003), que no cotidiano das escolas predominam exemplos de violência institucional, como, por exemplo, professores que têm dificuldades de dialogar com os alunos, humilhando-os e ignorando completamente seus problemas, não querendo sequer escutá-los.

Nesse sentido (MONTEIRO; LIMA; ASINELLI-LUZ, 2019) salientam que tanto pedagogos(as), quanto educadores(as), mesmo compreendendo a importância da discussão sobre a temática das violências, não se sentem preparados devido à ausência de formação pedagógica e técnica, o que contribui nos exemplos de violência institucional.

Já outro especialista afirmou que tudo está dentro de um contexto cultural, que acredita que a violência física educa, que devem ser proferidas agressões verbais e atos de violência expondo o aluno diante do coletivo e que criança e adolescente não são sujeitos sociais com direito à voz. Vale destacar ainda que, segundo o especialista “A”, “construir uma atitude pacífica é desafio de todos”. Segundo Escolaweb (2020, p. 4), “a parceria entre educadores, família e sociedade é essencial para prevenir e resolver conflitos dentro e fora das salas de aula e inculcar em seus alunos, crianças e adolescentes, valores como respeito, solidariedade, tolerância, ética, justiça e amizade”.

Nesse sentido, todos especialistas concordaram que a formação do professor é falha e, de acordo com o especialista “C,” não consta no currículo a mediação do conflito na escola. Entretanto, de acordo com o especialista “B”, os profissionais de educação de todas DRES fazem um curso de mediação de conflitos oferecido pela Gerência da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, ou seja, a qualificação do professor nessa área se dá na sua formação continuada, isto quando o professor se indigna com situações de violência contra a criança e o adolescente.

Portanto, os especialistas sugeriram em situações de agressão verbal ou física, que o professor seja um mediador de conflito, buscando saídas com o diálogo, promovendo a convivência, porém dois especialistas afirmaram que esse é um processo coletivo e que o professor não pode atender individualmente o aluno. Tem que ter um ambiente de harmonia na comunidade escolar e um programa institucionalizado.

Nesse sentido, o professor tem um papel fundamental, em criar esse ambiente de prevenção na sala de aula ou na escola, apesar de dois especialistas citarem saídas individuais como a criação de um “contrato de convivência”, assumindo uma postura dialógica, tolerante, respeitosa e amorosa, essas passando por saídas coletivas e institucionais, como a construção de um projeto político-pedagógico envolvendo a todos na desconstrução da violência.

O problema da formação dos professores para enfrentar a violência nas escolas é, com efeito, um fato apontado na literatura e, conforme estudos de (CUBAS, 2006; MONTEIRO; LIMA; ASINELLI-LUZ, 2019), atualmente, além das questões estruturais do trabalho docente, a formação dos profissionais de educação não colabora na constituição de pessoas preparadas para lidarem com situações conflituosas e administrar crises. Isto demonstra a necessidade de uma formação de qualidade. Este autor, ao destacar que perante às novas exigências e demandas aos professores, enfatiza que estes não podem estar capacitados somente para ministrarem e educarem seus alunos nas disciplinas que fazem parte do currículo, mas, também, têm que desenvolver a competência para intervirem e impedirem comportamentos agressivos. Isso só

será realizado por meio de uma formação inicial e continuada de qualidade, em que se abordem os conflitos envolvendo o espaço escolar.

- Formas de violência na escola;

Buscando conhecer um pouco mais sobre a realidade da violência nas escolas do Distrito Federal, os especialistas foram indagados sobre as formas de violência mais presentes nas escolas. A violência simbólica foi citada por dois participantes; em sequência, o desrespeito entre os pares, que originam tantas outras violências, o *Bullying* e as agressões verbais.

De acordo com Constantino (2004), o *Bullying* é um verdadeiro ato de intimidação preconcebido, ameaça que, sistemicamente, com violência física ou psicológica, são repetidamente impostos aos indivíduos, particularmente os mais vulneráveis e incapazes de se defenderem. Leva, na maioria das vezes, o indivíduo a uma condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização. Segundo Aguiar e Barrera (2017, p. 3), as pessoas podem “mesmo que não seja sua intenção, reforçar as práticas de violência ao não se envolver e não tomar partido com os atores (vítima ou agressor), permitindo que o *Bullying* continue, ao dar tal aprovação silenciosa”, e ao ser assistência de tal fato.

Para um dos participantes, os fenômenos de violências são universais e, para ele, “enfrentar a violência requer mudar, parar de falar em violência”. Este especialista cita Paulo Freire em sua afirmação de que, quando você reafirma o tema, ele é introjetado. Então, por que não falar de convivência, paz, etc. Segundo ele, não há violência na escola, mas sujeitos construindo relações sociais.

Essas relações sociais devem ser construídas compreendendo a escola como um ambiente de corresponsabilidade e reconhecendo que o(a) educador(a) torna-se sujeito fundamental no processo de criação de possibilidades educativas (MONTEIRO; LIMA; ASINELLI-LUZ, 2019, p. 78)

Ao ser tratada a questão da rejeição por parte da família e da escola à criança violenta, todos enfatizaram que essa rejeição ocorre de fato em ambas,

e que essa atitude traz consequências para a escola que descumpra seu papel e para a família que muitas vezes visualiza a escola como a instituição responsável pela educação dos filhos.

Para o especialista “D”, a escola já visualiza o aluno violento com discriminação, muitas vezes utilizando atitudes que descumprem o papel da escola de assegurar seu desenvolvimento integral, sua formação para cidadania, bem como seu aprimoramento como pessoa humana.

De acordo com legislação vigente citada por Digiácomo (1999), que trata da educação, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), descrevem uma ação mais coerente para o combate a violência nas escolas: envolvimento dos alunos, de suas famílias e da comunidade, com sua integração cada vez maior no ambiente escolar e participação efetiva no debate acerca dos problemas da escola e em sua solução. Nesse sentido, de acordo com a literatura vigente e dos dados apresentados, a escola está longe de ser um espaço de sociabilidade.

- A educação enquanto transformadora da violência na escola

Buscando compreender a educação enquanto processo de transformação da violência na escola, os especialistas evidenciaram a importância daquela para a desconstrução da violência. Houve uma sintonia entre os especialistas de que a educação nesse contexto deve ser voltada para o desenvolvimento humano, tendo como princípios a afetividade, o respeito às diferenças, o aluno como agente transformador, construindo uma contracultura da violência.

Esses relatos estão em consonância com os estudos de Vázquez (1977), quando este relata que a ação educativa poderia servir de exemplo de uma ação não violenta que tende a transformar o indivíduo como ser consciente e social, sem submeter seu corpo à violência.

O especialista “A” sintetizou de forma interessante o que é o processo de violência: “violência para mim é a morte. Morte do diálogo, do respeito, da própria humanidade presente em cada um. Acho que por isso não se transforma. Só há transformação onde há vida, movimento. O sintoma violência pode ser anulado,

desde que se elimine tudo que a promova: preconceito, desigualdade social, desrespeito. E isso tem relação com a educação”. Para Botler (2020, p. 1) “[...] a escola é um lugar propício para resolver conflitos de maneira não violenta, e acrescenta como seus limites a fundamentação nos princípios básicos da justiça: a comunicação não violenta, a empatia e o respeito”.

Monteiro, Lima e Asinelli-luz (2019) fazendo referência a importantes teóricos da educação frente ao papel da escola para a sociedade, cita Paulo Freire (1987, 1996, 2000) compactuando com suas contribuições que mostram que o caminho é a educação transformadora como alicerce para a formação cidadã consciente, ética e humanizadora, com vistas à construção da autonomia, que só faz sentido e acontece pelo ato de educar.

Diante de tal contexto, analisando as opiniões dos especialistas entrevistados e pensando as escolas sem violência, sugere-se um conjunto de ações que devem identificadas e aplicadas pelos diversos atores ligados à educação, transformando a escola num local privilegiado de prevenção à violência, não comprometendo, assim, o lugar de sociabilidade, de aprendizagem e de formação valores que a escola propicia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este estudo teve como preocupação fundamental analisar e compreender o fenômeno da violência no ambiente escolar e a importância da atuação educativa, com vistas a contribuir com os profissionais de educação. Verificou-se que esse problema tem assumido dimensões alarmantes, ainda que setores que atuam na comunidade escolar tenham se sensibilizado e atuado na busca de soluções para essa crise do sistema escolar. A pesquisa buscou na literatura atual e nos dados da pesquisa respostas com o objetivo de caracterizar a violência, a atuação e formação do professor para lidar com este problema nas escolas.

Nesse sentido, ao se analisar as opiniões dos especialistas, observou-se que, de fato, a presença significativa das mais variadas modalidades e tipos de situações de violência no ambiente escolar, incluindo agressões verbais, indisciplina, tráfico de drogas, violência simbólica, tanto entre alunos. Também

foi percebido no professor, como protagonista desse fenômeno, mas que, ao mesmo tempo, pode se constituir em figura fundamental para atuação e prevenção das incidências da violência na escola.

De modo geral, há uma visão crítica e atenta dos especialistas em relação ao tema, possibilitando resultados positivos para a pesquisa, ao demonstrar a função social que o professor deve cumprir no contexto dessa problemática, mas que, pela formação e atuação que os entrevistados têm, poderiam ter aprofundado mais nos dados e relatos.

A partir desses resultados, verifica-se que se respondeu ao problema levantado referente à violência no contexto escolar compreendendo as várias relações envolvidas nesse processo. Igualmente, alcançou-se os principais objetivos, compreendendo, assim, a importância da prevenção e da atuação educativa diante da violência escolar.

Sugere-se a seguir algumas alternativas a partir dos teóricos estudados e das indicações dos especialistas, para contribuir na compreensão e minimização dessa problemática:

- Primeiramente deve-se compreender que o problema da solução e prevenção da violência na escola nunca é individual, mas parte de projetos coletivos;
- Sendo assim, o Estado e as Instituições de Ensino Superior (IES) são os primeiros responsáveis e, para tanto, devem ampliar o currículo e não reduzi-lo e o Estado deve aumentar o Produto Interno Bruto da Educação (PIB) para um patamar de 15%;
- Que as escolas envolvam a comunidade em que estejam inseridas, responsabilizando a todos pelo processo educacional, como, por exemplo, o Projeto Escola Aberta, citado neste trabalho;
- Propor aos cursos de formação continuada de professores a constância no estudo do tema da violência escolar;
- Estimular a discussão sobre violência pelo protagonismo infanto-juvenil, embasada na experiência e na linguagem dos jovens;

- Propor a construção de um contrato de convivência com regras claras de disciplina e de expectativa quanto ao comportamento escolar dos alunos, dos professores e demais funcionários da escola, criando uma cultura de paz.
- Implementação e fortalecimento dos conselhos escolares, dos grêmios estudantis e demais espaços de integração da escola e da comunidade.

Finalmente, entendendo a importância que a pesquisa tem para resolução de problemas fundamentais e para o desenvolvimento do país, é importante promover uma linha de pesquisa sobre violência na escola, verificando as políticas públicas voltadas para esta questão da prevenção. O esforço empreendido neste trabalho para entender a dimensão do fenômeno estudado, instiga à continuidade do tema da pesquisa vinculado à linha de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; RUA, M. das G. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPQ, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOVAY, Mírian. *Escola e violência*. Brasília: UNESCO/ UCB, 2003.

_____. *Programa de prevenção a violência nas escolas*: Rio de Janeiro: Escolas.Flasco, 2015.

ABRAMOVAY, M. et al. (org.). *Violência na escola: América Latina e Caribe*. Brasília: UNESCO, 2003.

AGUIAR, L. G. F.; BARRERA, S. D. Manifestações de *Bullying* em diferentes Contextos Escolares: um estudo exploratório. *Psic. cienc, prof.* vol.37 no. 3 Brasília JULy/Sept. 2017

BOTLER, A. M. H. Juventude e Escola: violência e princípios de justiça em escolares de ensino médio. *Cad. CEDES vol.40 no.110*. Campinas Jan./Mar. 2020, Epub Apr 17, 2020.

BRASIL. *Lei Federal Nº 13.663, de 14 de maio de 2018*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm. Acesso em: 01 out. 2021.

_____. *Lei Federal Nº 13.803, de 10 de janeiro de 2019*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13803.htm. Acesso em: 01 out. 2021.

_____. *Lei Federal Nº 13.185 de 6 de novembro de 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 01 out. 2021.

_____. *Lei Federal Nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.288%2C%20DE%2020%20DE%20JULHO%20DE%202010.&text=Institui%20o%20Estatuto%20da%20Igualdade,24%20de%20novembro%20de%202003. Acesso em 29 de out. 2021.

_____. *Lei Federal 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>.Acesso em: 29 de out. 2021.

BRASIL, K. C. T.; LEGNANI, V. N.; VIEIRA, R. A. Violência 'na' e 'da' escola: concepções de professores e alunos adolescentes. *Linhas Críticas*, Brasília, n. 46, p. 708-726, set./dez. 2015.

CANDAU, V. M.; LUCINDA, M. da C.; NASCIMENTO, M. das G. *Escola e violência*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CASTRO, M. G. ; ABRAMOVAY, M. . *Relações Raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: UNESCO, 2006.

CONSTANTINI, Alessandro. *Bullying: como combatê-lo?* São Paulo: Itália Nova, 2004.

CONSTRUIR NOTÍCIAS. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/solidariedade-e-paz/>. Acesso em: 30 out. 2020.

DEBARBIEUX, Eric et al. (org.). *Anais do seminário internacional de violência. desafios e Alternativas: violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2003.

DIGIÁCOMO, Murillo José. *Cadernos do Ministério Público do Paraná*. Curitiba, V. 2 n.5, p. 49-71, jun. 1999.

DIALOGIA. Violências na Escola, sob o olhar de Miriam Abramovay. *Entrevista à revista Dialogia*. São Paulo, n. 32, p. 4-9, maio/ago. 2019.

ESCOLA INTELIGENTE. Como lidar com a violência na escola? Disponível em: <https://escoladainteligencia.com.br/como-lidar-com-a-violencia-na-escola/>. Acesso em: 15 set. 2020.

ESCOLAWEB. 10 dicas para prevenir a violência na escola. Disponível em: <https://escolaweb.com.br/artigos/bullying-dicas-prevenir-violencia-escola/>, a Acesso em: 15 ago. 2020

Dicionário Balsa da Língua Portuguesa. São Paulo: Balsa Planeta Internacional, 2004.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GUIMARÃES, Antonio Monteiro (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro. J. Zahar, 1988.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: IPEA, 2021.

LIMA, Cezar Bueno de. Violência Juvenil: O desafio das práticas restaurativas no espaço escolar. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.]*, v. 36, n. 2, p. 731-749, ago. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/94695>. Acesso em: 21 out. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MEDRADO, H. I. P. et al. *Violência nas Escolas*. Campinas: Minelli, 2008.

MONTEIRO, Michele Popenga Geraim; LIMA, Tatiane Delurdes de; ASINELLI-LUZ, Araci. A escola como expressão da violência ou locus da cultura da paz? *Dialogia*. São Paulo, n. 32, p. 65-80, maio/ago. 2019.
PE.SDS. *Secretaria de Defesa Pessoal*. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/noticias/77-geral/8444-crimes-contra-mulheres-tem-reducao-em-pernambuco-e-na-rmr/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

RISTUM, M. Violência na escola, da escola e contra a escola. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (org.). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

RUOTTI, Caren; ALVES, Renato; CUBAS, Viviane. *Violência na escola: um guia para pais e professores*. São Paulo: Andhep: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.T; SILVA. T. F. Militarização das escolas públicas do Distrito Federal: uma análise sobre a violência. *Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.* - v. 37, n. 1, p. 506 - 524, jan./abr. 2021.

SCHELB, G. Z. *Questões da infância e da adolescência na escola*. 2. ed. Instituto Educar da Infância e Juventude. Brasília: Athalaia, 2002.
SOARES, T. Luiz; IRA, V. B. Intervenção Pedagógica nas Aulas de Língua Espanhola: na periferia de Bagé à Cidade de Aceguá - UY. Anais do 10º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE. Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2018

UNESCO. *Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial*. Brasília: UNESCO, 2019.

UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>
<https://www.unicef.org/brazil/cyberbullying-o-que-eh-e-como-para-lo>, Acesso em: 01 nov. 202

UNLIREC - Centro Regional das Nações Unidas pela Paz, Desarmamento e Desenvolvimento na América Latina e Caribe. *Armas de fogo em escolas da América Latina e Caribe: abordagens, desafios e respostas*. Lima: UNLIREC, 2020.

VAZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WHITAKER, D. Violência na escola. In: GROSBAUM, E. et al. (org.). *Violência, um retrato em branco e preto*. São Paulo: FDE, 1994. (Série Ideias, 21).

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE - FACES

CURSO DE PEDAGOGIA

ENTREVISTADOR(A): _____

Data: ____/____/____.

Roteiro de entrevista sobre o tema: O papel do professor na prevenção da violência escolar

Dados de identificação

1. Sexo: feminino () masculino ()
2. Faixa Etária:
Menos de 20 ()
20-30 ()
31-40 ()
41-50 ()
51-60 ()
Acima de 60 ()

Questões

3. Formação acadêmica (graduação-especialização-mestrado-doutorado):
4. Tempo e experiência na prevenção à violência escolar:
5. Quais são os principais programas de prevenção à violência no DF?
Algum é de sua autoria?
6. Quais as formas de violência mais presentes nas escolas do DF?
7. Há alguma escola no DF considerada como referência na prevenção da
violência escolar? Qual?

8. Há rejeição por parte da família e da escola à criança violenta?
9. Há rejeição por parte do professor ao aluno violento? Quais as atitudes da maioria dos professores?
10. A educação pode ser considerada como um vetor transformador da violência? Explique.
11. Quais são as medidas que a escola pode adotar para atuar e prevenir atos de violência no contexto escolar?
12. Os professores também podem ser considerados desencadeadores da violência no espaço escolar? Justifique?
13. O professor hoje, de acordo com sua avaliação, está preparado para atuar como mediador na prevenção da violência escolar?
14. Numa situação de agressão verbal ou física entre alunos, qual deve ser a postura do professor?
15. Quais são as medidas que o professor pode adotar para amenizar e prevenir atos de violência no contexto da sala de aula e da escola?
16. Quais as sugestões de atividades que você considera mais eficazes para prevenção e combate a violência?

A SOCIEDADE E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

DIAGNOSE – PROPOSTA DE SOLUÇÃO

RESUMO

O problema da violência na escola, atualmente, constitui-se em um problema social e é considerado um dos principais males da sociedade. O presente trabalho buscou compreender o fenômeno da violência nas escolas, trazendo uma reflexão acerca de sua ocorrência e do surgimento do fenômeno *bullying*, como um reflexo da sociedade. Partindo de teorias de autores, foi realizado um estudo sobre este tema complexo e abrangente. Este trabalho teve como cenário de pesquisa a região administrativa de Santa Maria, em uma escola pública de ensino fundamental e médio. A abordagem metodológica do projeto foi uma pesquisa de cunho qualitativo, tomando como referência algumas categorias como: as formas de violência; as causas; as consequências; as medidas de prevenção e de diminuição da violência; o papel da escola, a participação dos pais e o papel da comunidade e do Estado e a preparação para lidar com a violência. Os participantes dessa pesquisa foram: as pessoas envolvidas diretamente com o problema, o diretor da escola (1), professores (2), Coordenador Pedagógico/Orientador Educacional (1), membro do Conselho Tutelar (1), ONG (1) e representante da comunidade em geral (1).

Palavras-chave: Violência. Violência escolar. *Bullying*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	56
1 OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	57
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	58
3 METODOLOGIA	74
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....	76
4.1 FORMAS DE VIOLÊNCIA.....	77
4.2 CAUSAS DA VIOLÊNCIA.....	79
4.3 CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA.....	81
4.4 MEDIDAS DE PREVENÇÃO E DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	81
4.5 PAPEL DA ESCOLA DIANTE DA VIOLÊNCIA.....	82
4.6 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS, O PAPEL DA COMUNIDADE E DO ESTADO.....	84
4.7 PREPARAÇÃO PARA LIDAR COM A VIOLÊNCIA.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES.....	92
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA/ORIENTADOR EDUCACIONAL.....	94
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DIREÇÃO ESCOLAR.....	96
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR.....	98

**APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO DA
COMUNIDADE.....100**

**APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO DA
ONG.....102**



INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como tema/objeto de pesquisa analisar a violência na região administrativa de Santa Maria em uma escola de ensino fundamental e médio, tomando como referência tratar-se de uma escola pública.

A globalização trouxe uma imensa transformação social, apresentando um novo mundo. Incertezas, desafios, competitividades, vulnerabilidades estão presentes a todo instante, em todos os segmentos sociais, colocando em evidência iniquidades e desigualdades marcantes. Essa nova sociedade vem trazendo uma imensa modificação nas relações de poder e de produção que resultam numa transformação significativa e o surgimento de uma nova cultura.

A sociedade brasileira vem se deparando com um aumento significativo da violência, sobretudo da violência escolar, sendo diversos os episódios de agressões verbais e físicas envolvendo os atores da comunidade, fatos que despertam a atenção da sociedade em geral.

O problema da violência na escola, atualmente, constitui-se em um problema social e é considerado um dos principais males da sociedade. A violência é responsável em parte pela evasão escolar, por afastamento de professores (licença médica), causadas por doenças psicossomáticas (estresse), pela baixa no rendimento dos alunos, enfim, pelo medo e insegurança que acometem as escolas na maioria das regiões do país. Trata-se, portanto, de um problema da humanidade onde, dialeticamente, ao mesmo tempo em que é causa, é também consequência de inúmeros problemas sociais com profundos reflexos no ambiente escolar. Assim, vive-se num círculo vicioso onde a violência urbana fomenta a violência familiar que, por sua vez, alimenta a violência na escola.

Segundo o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1948), violência significa a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”.

A escola e seus atores têm assumido até então a postura de vítima, muitas vezes, alheia ao fenômeno, na esperança de que a sociedade e suas instâncias (polícia e justiça) sejam responsabilizadas, eximindo-se assim dessa culpa. Percebe-se, no entanto, que não se concebe um curso de formação dos futuros profissionais da educação, que deverá atuar na rede particular e pública de ensino, sem trabalhar o tema da violência escolar. O presente trabalho pretende promover uma discussão-reflexão para além da formação didático-pedagógica, durante o processo de formação do professor. Pretende-se discutir o tema de forma direta, clara e objetiva e, ao mesmo tempo, após esta diagnose, traçar algumas ações que possam colaborar para a solução da violência na escola. Acredita-se que, com os resultados desse trabalho, possam-se sugerir alternativas de soluções para escolas de outras regiões de Brasília.

Foi investigada a violência em seus diversos aspectos, dentre os quais, aquela, fruto das condições socioeconômicas e político-culturais da sociedade que, inevitavelmente, irá refletir no ambiente escolar.

Trata-se de uma pesquisa tendo como pressuposto a possibilidade de contribuir para o processo de superação da relação violência escolar/comunidade.

1 OBJETIVOS E HIPÓTESES

O objetivo geral deste projeto foi conhecer as causas e situações de violência nas escolas, levantando medidas de solução ao problema.

Os objetivos específicos são:

- Diagnosticar situações de violência física, material e emocional nas escolas;
- Identificar as causas e consequências da violência no contexto escolar;
- Indicar uma proposta de ação para colaborar na solução dessa problemática.

Ressalta-se que este trabalho, por tratar-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, não tem a obrigatoriedade da elaboração de hipóteses. Se as usa, ele permite inclusive a oportunidade do surgimento de novas hipóteses. O seu

curso pode ser alterado, desde que seja para se obter melhores resultados. Entretanto, estabeleceu-se algumas hipóteses que se considerou importantes, que se espera que sejam confirmadas ao final desse trabalho:

- É possível conhecer sobre a violência por meio de pessoas da comunidade escolar e especialistas no assunto;
- O investimento na autoestima do aluno e profissionais da educação poderá alterar comportamentos agressivos no ambiente escolar;
- As pessoas da comunidade escolar apresentam propostas eficazes na prevenção e combate às violências;
- A escola da rede pública apresenta muitos casos de violência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O tema violência sempre foi e, infelizmente, ainda será por muito tempo motivo de investigação científica. O termo violência é consideravelmente amplo, sendo esse um fenômeno que permeia toda a sociedade. A comunidade científica busca explicações sociológicas, antropológicas, filosóficas, psicológicas, econômicas, enfim, todos os setores organizados da sociedade buscam justificativas e soluções para reprimir a violência. As formas e características da violência, segundo Priotto e Boneti (2009, p.162) são: violência doméstica, política, policial, religiosa, criminal, simbólica, nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra o jovem, a criança, a mulher, o idoso, o portador de necessidades especiais, o afro - descendente, o homossexual, entre outras.

O Ministério da saúde (2020 apud IPEA, 2021, p. 76) apresenta a definição quanto a natureza da violência em cinco grupos, a saber: i) física, ii) psicológica (inclui financeira/econômica), iii) sexual, iv) negligência e v) outros (inclui tortura, tráfico de seres humanos, trabalho infantil, intervenção legal e outros).

Assim, a violência pode ser compreendida como uma ação direta a uma pessoa ou a um grupo, a qual agride a integridade física, moral ou social de uma pessoa ou de um grupo. Além do mais, a questão sobre a violência e suas diferentes manifestações na sociedade brasileira tem-se multiplicado e diversificado enormemente nos últimos anos, especialmente a partir dos anos

80. Assim sendo, o que se entende por violência? O termo violência, segundo apresentado pelo Dicionário do Pensamento Marxista (apud GUIMARÃES, 1995, p. 91), entende-se:

a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária. [...] a intervenção física, na qual a violência tem por finalidade destruir, ofender e coagir [...]. A violência pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra [...] ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é o alvo da ação violenta.

De acordo com Waiselfisz (2003), conceituar violência não é uma tarefa fácil. Além de sua amplitude, complexidade e ambiguidade, duas questões tornam ainda mais difícil sua conceituação. A primeira delas diz respeito ao fato de que o termo violência se apresenta como um significante cujos significados são histórica e culturalmente construídos. A segunda questão que se coloca, está associada ao fato que o mesmo termo pode ser referido a situações marcadamente diversificadas. Em pesquisa realizada pela UNESCO, a violência pode ser considerada como parte da própria condição humana, manifestando-se de acordo com arranjos societários de onde emergem.

Para Paviani (2016), as formas de violência são tão numerosas, que é difícil catalogá-las satisfatoriamente. Para ele o conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação.

Segundo Costa (1991), a violência é o emprego desejado de agressividade com fins destrutivos. Agressões físicas, brigas, conflitos podem ser expressões de agressividade humana, mas não necessariamente expressões de violência. Na violência a ação é traduzida como violenta pela vítima, pelo agente ou pelo observador e ocorre quando há desejo de destruição.

Conforme Abramovay e Rua (2004, p. 22), Johan Galtung, um dos primeiros estudiosos sobre a paz, diz que “violência é tudo que causa a diferença

entre o potencial e o atual, entre o que foi e o que é”. Assim, nesta definição, as autoras buscam conceituar a violência como “toda ação que impede ou dificulta o desenvolvimento”. Porém, ainda assim, falta um entendimento em relação ao conceito de violência, podendo variar de acordo com a pessoa, a idade, o local, a época e vários outros aspectos.

Segundo Oliveira (2008, p. 492), “a extrema desigualdade social que permeia as relações humanas é certamente um dos fatores que contribui fortemente para a degeneração do comportamento humano”.

Ao traçar um quadro da violência no Brasil, Arrieta (2000, p. 94), afirma que, “a história do Brasil é, sob certo aspecto, uma história social e política da violência”. Lembra as repressões às lutas populares nas diferentes regiões do país, salientando que nesse processo repressivo não se economizou força, não se pouparam vidas. É importante levar em consideração, também, o poder da sociedade em geral. É nesta perspectiva que se insere o estudo sobre violência que relaciona Estado e sociedade. O Estado aparece, assim, como uma instância que reflete as relações autoritárias existentes na sociedade e na maneira, também autoritária de resolver seus conflitos e superar as diferenças e dificuldades nos campos econômico, social, político, cultural, assim como nas relações intersubjetivas de modo geral.

A escola não escapou desse fenômeno social, afirma Santos (2001 apud OLIVEIRA, 2008), e sofre com os vários tipos de agressões e atos violentos em seu interior e arredores. Há nas escolas manifestações diversas de violência que envolvem todos os integrantes da escola, sejam como vítimas ou como agressores. A violência já atingiu uma enorme proporção no ambiente escolar, um local que deveria ser para a formação do homem, de aprendizagem e acima de tudo de socialização. Hoje, todas essas funções estão sendo colocadas em risco, por causa da explosão de conflitos sociais, não somente no Brasil como no mundo.

Abramovay (2015, p.9), compreendendo que a escola não escapou desse fenômeno social da violência, argumenta que:

A escola não apenas reproduz as violências correntes na sociedade, mas produz formas próprias, de diversas ordens, tipos e escalas, que se refletem no dia a dia. Assim, recusa-se a tese de que a instituição não reflete somente um estado de violência generalizada que teria origem fora dela. Se fosse dessa maneira se retira do sistema de ensino sua responsabilidade sobre o processo de produção e enfrentamento da violência.

As manifestações de violência e agressividade nas escolas nos dias atuais, de acordo com Fante (2005, p. 168), é um fenômeno social difícil e complexo de se entender, porque atinge a sociedade como um todo, afetando diretamente as crianças de todas as faixas etárias, em todas as escolas. Sabe-se que este fenômeno é resultante de vários fatores tanto internos como externos à escola, que são caracterizados pelos tipos de interações sociais, familiares, socioeducacionais e pelos comportamentos agressivos nas relações interpessoais.

Ainda comenta Fante (2005, p.168) que os fatores externos à escola são de vital importância para a formação da personalidade da criança, pois é toda a influência que a criança recebe no contexto familiar, social e por meio dos meios de comunicação. As escolas não têm recursos e meios para fazer com que os alunos não sejam afetados pelas influências externas e, por isso, torna-se alvo de tantos casos de violência em decorrência destes fatores externos.

Abramovay (2003 apud FANTE, 2005) diz que as manifestações de violência “referem-se a explicações de ordem socioeconômica, ao agravamento de exclusões sociais, raciais e de gênero, à perda de referencial entre os jovens, ao surgimento de ‘galeras’, ‘gangues’, ‘tráfico de drogas’, desestruturação familiar, à perda de espaços de sociabilidade”.

Quanto aos fatores internos, Fante (2005, p. 168) explica que podem ser classificados em três aspectos: as relações interpessoais, o clima escolar e as características individuais dos membros da comunidade escolar. Sabe-se que é obrigação da escola prevenir a violência que se manifesta em todo o seu contexto e fazer com que este fenômeno não se alastre. Para que isso seja possível, os profissionais da educação devem ser preparados ou capacitados para conseguir atuar de maneira eficaz na melhoria do ambiente escolar e nos relacionamentos interpessoais.

As relações entre violência e educação e suas diferentes manifestações, segundo Candau, Lucinda e Nascimento (1999), têm preocupado, de uma especial maneira, educadores e pais. Uma aproximação destes termos, leva ao ponto de partida de que não se pode analisar violência nas escolas como um fenômeno isolado, pois é um processo muito mais amplo, que vai além da escola, pois se refere a vários fatores que se relacionam com o contexto social em um todo. Desta maneira, para as autoras:

As causas da violência nas escolas, assim como na sociedade em geral, são múltiplas e complexas, mas a origem de todas elas pode estar situadas nas intoleráveis condições econômicas e sociais criadas pelo tipo de modelo de desenvolvimento que foi implementado, ao longo dos anos, no Brasil. (PINO, 1995, apud CANDAU; LUCINDA; NASCIMENTO, 1999, p. 14).

De acordo com Priotto e Boneti (2009, p. 163), existem pesquisas que analisam a violência escolar a partir de questões geográficas, por exemplo, em escolas próximas à periferia onde ocorre o tráfico de drogas e o crime organizado. Já outros comparam a questão à fase da adolescência e às questões de comportamento dos alunos nesta faixa de idade, ressaltando-se os modos agressivos. Outros ainda comparam os pequenos furtos dentro da escola, às características de falta de civilidade e ao processo de crescimento socioeconômico. Estes aspectos explicam a preocupação de professores e diretores, com as possíveis depredações ao patrimônio público, gerando uma urgente necessidade de se buscar uma gestão mais democrática com a participação de pais e alunos para amenizar os possíveis conflitos existentes.

Entretanto, Botler (2007, p. 7), encontrou em uma de suas pesquisas entre estudantes e portugueses, que estudantes brasileiros “sentem um misto de orgulho e vergonha por conta das violências nas escolas, já que as tomam como parte da brincadeira, mas, ao mesmo tempo, reconhecem que oprimem, o que precisaria ser dito e esclarecido”

Cabe ressaltar que, análises sobre o tema, apresentam esse tipo de violência como consequência do processo de desestruturação familiar, da falta de limites e das relações sociais adquiridas no ambiente externo à escola.

Sendo o fenômeno violência um tema multifacetado no âmbito escolar, isto implica numa série de desafios para sua definição.

Abramovay (2003 apud PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 165) classificou o fenômeno como violência na escola, mas a pesquisadora Priotto (2008 apud PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 165) em sua pesquisa preferiu se referir ao termo como violência escolar, pois considera o termo mais abrangente englobando a violência na escola, da e contra a escola.

De acordo com os estudos feitos de maneira mais abrangente, Priotto e Boneti (2009, p. 168) apresentam a seguinte diferenciação entre os termos da violência escolar:

No que se refere à **violência na escola**, entende-se como os tipos de manifestações que são praticados dentro da escola, que não estão relacionados à natureza e às atividades da instituição. São violências praticadas por alunos, professores, coordenadores e diretores, funcionários, ex-alunos, pessoas da comunidade, familiares e também por estranhos. São atos de violência física praticada uns contra os outros, por um grupo e contra si próprio. Caracterizam-se por espancamentos, homicídios, suicídios, roubos, assaltos, estupros, porte de armas que sangram, ferem e matam, o uso de drogas e tráfico de drogas, indelicadezas, humilhações, falta de respeito ou simplesmente *bullying*. Todas essas ações geralmente ocorrem dentro da escola, no portão de entrada da escola ou na rua em frente à escola. Sempre envolvendo pessoas ligadas à escola, ou como agressoras ou como vítimas. (PRIOTTO, 2008 apud PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 168).

A **violência contra** a escola, ainda segundo Priotto (2008 apud PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 168) é referenciada como as manifestações de vandalismo, destruição do patrimônio, furtos ou roubos de carteiras, ou seja, materiais e equipamentos das instituições escolares. Esses tipos de manifestações ocorrem tanto por pessoas da escola, como por estranhos.

Já a **violência da escola** é observada como sendo aquele tipo de manifestação relacionada às práticas realizadas pela escola que prejudicam os alunos como o fracasso escolar, evasão escolar por falta de interesse em

permanecer na escola, conteúdos que não ampliam o conhecimento do aluno, racismo, preconceitos, expulsão, intimidação, a desvalorização do professor, a falta de respeito tanto por parte do aluno, como por parte do professor. (PRIOTTO, 2008 apud PRIOTTO; BONETI, 2009, p.168).

Ainda explica Priotto (2008 apud PRIOTTO; BONETI, 2009 p. 169) que “a violência *na* escola em alguns casos deve ser analisada como a violência *da* escola: o aluno agredir ou usar de forças ou não contra o professor, diretor ou funcionário. Caracteriza-se uma violência àquela gerada pela instituição escolar e seus agentes os através do trato a partir de regras e normas estabelecidas”.

Porém, para Priotti (2008 apud PRIOTTO; BONETI, 2009), a violência, apesar da divergência na classificação do termo, pode se expressar das seguintes formas:

- a) Violência física: de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios. Além de diversas formas de agressões sexuais;
- b) Agressão física: homicídios, estupros, ferimentos, roubos, porte de armas que ferem, sangram e matam;
- c) Violência simbólica: verbal – abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; institucional – marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento usadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder;
- d) Violência verbal: incivilidades (pressão psicológica), humilhações, palavras grosseiras, desrespeito, intimidações ou *bullying*.

De acordo com Abramovay (2003 apud OLIVEIRA, 2008), a violência física é mais comum e normalmente punida. Porém, a violência institucional e simbólica, na maioria das vezes não é. Pode-se resumir a violência simbólica como os abusos de poder, agressões verbais e intimidações ou *bullying* e a violência institucional como a falta de interesse dos professores, diretores e outros profissionais da escola em estabelecer um diálogo, escutar ou tentar compreender os alunos. Há uma atenção específica para a violência institucional

e simbólica, por eles não transcenderem as intermediações da escola, e que assim, nem sempre são percebidas pela sociedade, sendo mascaradas.

A escola tem aparecido, segundo Oliveira (2008), nos noticiários como um cenário de violência, com vários tipos de agressões, ameaças de alunos contra professores, uso de armas, consumo de drogas, roubos, furtos e assassinatos. Embora as agressões físicas causem um choque maior à sociedade, ainda a violência simbólica é bem mais traumática nas relações interpessoais, pois causam danos profundos e marcantes no indivíduo. Assim, a escola, neste contexto desanimador, e sendo taxada de reforçar as desigualdades sociais, é também considerada como o local de relações em que se encontram as práticas pedagógicas de formação e onde a consolidação dos valores atua para a formação do homem dentro da sociedade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) iniciou em 1997 uma série de pesquisas centradas nos temas “Juventude, Violência e Cidadania”, e apresentou propostas concretas de políticas públicas, com a intenção de ajudar na busca de soluções para os problemas que afetam a juventude, fazendo uma ligação com algumas questões como: exclusão social, educação, família, mercado de trabalho, participação social, entre outros. A partir dessas questões, os objetivos passam a ser observados em sentido amplo, como analisar e identificar as percepções dos alunos, do corpo docente e dos pais sobre a violência nas escolas e suas causas; mostrar a gravidade e a frequência dos incidentes; averiguar o seu impacto na aprendizagem e identificar os melhores métodos a serem adotados ou recomendados para qualquer tipo de estratégia,¹ a prevenção e exclusão do problema (ABRAMOVAY; RUA, 2003).

Os pesquisadores da UNESCO adotaram uma concepção abrangente de violência, que introduz não só a ideia de utilização da força ou intimidação, mas também compreende as condições socioculturais. Para estes pesquisadores a violência é um fenômeno socialmente construído e qualquer tipo de estratégia que visa combatê-la terá que construir uma nova história (ABRAMOVAY; RUA, 2003).

Alguns autores referem-se à família como condicionante ou antecedente de personalidades violentas, hipótese esta, que é objeto de ampla controvérsia, sendo rejeitada por muitos estudiosos no assunto. No entanto, em todos os grupos sociais existem famílias abusivas. Raramente, entretanto, reconhecem que os pais podem praticar atos de violência, os considerando, muitas vezes, como “nervosos” ou “agressivos”. Compreender como se estabelecem as relações dos alunos com seus familiares é ponto crucial para capacitar o profissional da educação a lidar melhor com o problema da violência.

De acordo com Candau, Lucinda e Nascimento (1999), a violência trata-se de uma realidade na qual suas manifestações intraescolares se apresentam como reflexo da violência social. Neste sentido, é um fenômeno fundamentalmente derivado, cuja dinâmica se origina na sociedade e se reflete na escola. Seu dinamismo é de fora para dentro. A marca constituída da violência seria a tendência à destruição do outro, ao desrespeito e à negação do outro, podendo a ação situar-se no plano físico, psicológico ou ético. Entretanto, Botler (2020, p. 20) afirma que muita energia, que se expressa na curiosidade, no espírito questionador e construtivo, “seja por reações explosivas, críticas exacerbadas e autocentrismo, o que frequentemente se dá sob a forma de conflitos que, por vezes, resultam em violências”.

Arendt (1994) relata que existem diversas hipóteses para explicar as violências nas escolas, recorrendo-se a múltiplas associações com características e atributos das vítimas e dos agressores. Segundo a autora, constata-se que gênero é um aspecto observado, pois, os meninos se envolvem mais que as meninas em situações de violência, sejam como vítimas ou como autores e que também, o comportamento agressivo é associado com o ciclo etário, além do que na escola sobram reprodução de estereótipos étnicos e o tratamento discriminatório por parte de seus colegas e professores, podem ser evidenciados.

Desta forma pode-se fazer a ilação de que algumas das hipóteses, citadas pela autora acima, são ainda as formas das agressões físicas simbolizadas pelo estupro, pelas brigas em família, pela falta de respeito entre as pessoas, por romper a liberdade e os direitos do cidadão, pela invasão de privacidade, a falta

de solidariedade, pelo desrespeito aos direitos dos humanos, enfim, são modalidades de agressão que se caracterizam como física, psicológica, sexual e moral.

Por outro lado, ainda segundo Arendt (1994) quando se fala em violência na escola, a questão da indisciplina na sala de aula é sempre lembrada pelos professores que atualmente sentem-se subjugados, enfraquecidos, acuados por uma parte dos alunos. Um aluno indisciplinado pode causar sérios prejuízos no contexto escolar. Acredita-se, ademais, que a escola está vivendo uma crise de autoridade e os professores sentem-se, muitas vezes, sem saber o que fazer. No entanto, o corpo docente tenta compreender o que está ocorrendo e busca redimensionar as relações sociais na escola questionando os comportamentos e atitudes que devem adotar diante da atual situação.

Deve-se ressaltar que, segundo Priotto e Boneti (2009, p. 169), inserido no conceito de violência escolar, há uma distorção entre os termos indisciplina e violência, pois na maioria das vezes são usados como sinônimos entre as pessoas. Porém, temos aqui que considerar esses dois termos, pois a indisciplina é hoje, assim como a violência, um grande desafio para a escola. Debarbieux e Caldeia (2001 apud PRIOTTO; BONETI 2009, p. 169) conceituam indisciplina “como quebra de regras estabelecidas para um determinado ambiente, local, causando incômodos e perturbando seu funcionamento e que no conceito de indisciplina existe uma causa que prejudica o funcionamento do ambiente e não necessariamente o outro ser humano”.

Assim, a indisciplina pode ser entendida como uma manifestação contra as exigências que foram pré-estabelecidas pela sociedade. Então, quando for identificada a indisciplina na instituição de ensino, cabe aos professores e diretores a análise dessa manifestação para mudanças adequadas na qualidade educacional.

Já a violência, segundo Priotto e Boneti (2009), se contrapõe por levar sofrimento ao outro e/ou causar danos a algo.

Na escola, infelizmente, grande parte dessas transgressões também acontecem e a criança, por exemplo, que não assimilou regras básicas de

convivência social acha que tudo é permitido. Nesse sentido, Colombier (1989, p. 89) afirma que:

[...] alunos indisciplinados e mal educados atormentam professores, e estes não apresentam condições para "controlar a bagunça que come solta dentro da sala de aula". E o que é pior: não bastassem as conversinhas, os risinhos, as guerrinhas de papel, o respeito pela figura do professor passou a ser tão raro como uma nota 10 em redação.

A crise de autoridade tanto familiar quanto educacional, inegavelmente, tem suas bases na relação familiar. Perpassa o conjunto das relações nas diferentes instituições da sociedade, repercutindo, também, de forma direta na escola a ponto de alguns professores decidirem abandonar a profissão por não saberem enfrentar este desafio.

Candau, Lucinda e Nascimento (1999, p. 42) afirmam que:

Numa sociedade marcada pelo individualismo, pela apatia social, pela falta de solidariedade, pela confusão no que se refere ao certo e o errado, certamente não constitui tarefa fácil estabelecer limites e/ou construir regras disciplinares. Pais e educadores, não querendo repetir, com seus filhos e alunos, o modelo de educação autoritário em que, muitas vezes, foram criados, têm dificuldades em estabelecer limites e regras de disciplina.

Botler (2020), sobre este assunto, afirma que o diálogo não deve ser utilizado nas violências com agressão, e que às vezes têm que se utilizar outro tipo de ação, como o judicial. Entretanto, para os conflitos, o diálogo é a melhor solução, mas para a indisciplina ela recomenda a adoção de regras.

Ainda, em relação à questão da indisciplina, pode-se observar que a maioria das escolas, principalmente as públicas, parou no tempo. Não conseguiram incorporar no seu cotidiano as novas tecnologias e conteúdos a que as pessoas têm tido acesso. Os alunos reivindicam aulas mais dinâmicas, mais criativas e com mais novidades, porém a prática desenvolvida na maioria das escolas ainda está embasada na aula expositiva e o uso do giz-e-lousa. Obviamente isso não justifica o crescimento da violência, porém, acredita-se que possa contribuir sobremaneira para o "tédio pedagógico", a falta de "adrenalina", tão necessária à criança e jovens em idade escolar.

Segundo Fante (2005), há alguns anos atrás, professores e membros da direção escolar exerciam um controle de autoridade absoluto, levando os alunos à submissão, e por parte da direção, eram empregados instrumentos de repressão. Atualmente, esse quadro vai se desfazendo, por ineficiência da escola, devido a vários fatores como: falta de funcionários, falta de infraestrutura, falta de política salarial eficiente, excessiva centralização de decisões nos órgãos superiores, falta de segurança e outros aspectos que colaboram para que o trabalho pedagógico se apresente cada vez mais deficitário e a escola um local inviável.

Ainda de acordo com Fante (2005), nesse sentido, compreende-se que até por uma necessidade de autodefesa, para os educadores de modo geral, a violência se evidencia, de forma mais clara, na relação entre os alunos. Na perspectiva dos docentes, os discentes é que são violentos e geralmente os professores não se percebem “promotores” de atitudes de violência para com os alunos. É como se os professores, diretores e coordenadores pedagógicos fossem isentos de práticas violentas. Esses, muitas vezes, se colocam como autoritários, superiores, detentores do poder e do saber e das tomadas de decisões, ou seja, comportam-se como donos da instituição, sejam públicas ou particulares.

Portanto, neste quadro de violência e da falta de indignação da população em relação a esta problemática, tem-se retardando a cada dia as iniciativas para interromper tal situação uma vez que a sociedade considera apenas como “indisciplina”, por parte do aluno ou falta de autoridade por parte dos professores, diretores ou coordenadores.

Partindo da compreensão de que as contradições que perpassam o conjunto da sociedade se manifestam e se refletem no interior da escola, este trabalho pretendeu aprofundar no estudo da problemática. De acordo com Constantini (2004), a violência explícita ou implícita no contexto escolar se caracteriza por um comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica que é genericamente conhecido como *bullying*.

O *bullying* é um fenômeno antigo e começou a ser estudado de forma mais sistemática a partir da década de 70, na Suécia e Dinamarca e, na década de

80, na Noruega, onde, ao pesquisar as tendências suicidas de adolescentes, Dan Olweus relacionou o termo à prática de intimidação, humilhação e/ou agressão. (FANTE; PEDRA, 2008).

Para Constantini (2004, p. 69) *bullying* significa:

[...] verdadeiros atos de intimidação, preconcebidos, ameaças, que sistematicamente, com violência física e psicológica, são repetidamente impostos a indivíduos particularmente mais vulneráveis e incapazes de se defenderem, o que os leva na maioria das vezes a condição de sujeição, sofrimento psicológico, isolamento e marginalização.

O *bullying* sempre existiu e, muitas vezes, foi considerado apenas como brincadeira da idade. Atualmente, tem um grande espaço na mídia devido ao grande número de episódios que demonstram o culto à violência. O termo é de origem inglesa e não tem uma palavra correspondente em português. Entretanto, Fante e Pedra (2008, p. 34) afirmam:

Bully pode ser traduzido como valentão, tirano, brigão. Como verbo, *bully* significa tyrannizar, amedrontar, brutalizar, oprimir, e o substantivo *bullying* significa o conjunto de atos de violência física e psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo (*bully*) ou grupo de indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo (ou grupo de indivíduos) incapaz de se defender.

Recentemente, a mídia divulgou amplamente o fatídico episódio de doze crianças assassinadas na manhã de 07 de abril na Escola Municipal Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, zona oeste do Rio de Janeiro. Foi o maior massacre ocorrido em uma instituição de ensino no Brasil. Foi provocado por um ex-aluno de 23 anos, que entrou no colégio alegando que daria uma palestra. Já que estavam na semana de comemoração dos 40 anos da escola, ninguém estranhou sua presença. Ele foi até a sala de aula e disparou a arma contra os estudantes com idades entre doze e quatorze anos. Foram doze vítimas fatais, sendo dez meninas. Tal episódio ficou conhecido como a “chacina de Realengo”. Antes de praticar o crime, o rapaz gravou uma série de vídeos, muitas vezes de forma confusa, explicando suas ações e em um desses vídeos falava que havia sofrido humilhações diversas naquela escola por parte dos outros alunos e que ninguém fez nada para ajudá-lo. Pelas características comportamentais, físicas e emocionais, esse rapaz fora ou sentira-se vítima de *bullying*. (ÚLTIMO SEGUNDO, 2011)

Outro fatídico episódio conhecido como o “massacre de Columbine” aconteceu nos EUA. O episódio retratado no documentário "Tiros em Columbine", do cineasta Michael Moore, aborda esse caso. Em abril de 1999, dois jovens de 17 e 18 anos, entraram na *Columbine High School* fortemente armados com armas e explosivos, assassinaram 12 colegas e um professor, e dezenas de feridos antes de acabarem com suas próprias vidas. O fato chocou o mundo, mas, talvez seja mais chocante o motivo que gerou a realização da chacina: eles tinham sido vítimas de *bullying*. (FANTE, 2005, p. 21)

No Brasil, estão ocorrendo casos semelhantes de adolescentes armados em escolas, cujos desfechos são sempre trágicos. Atualmente, diversas pesquisas e programas de intervenção anti-*bullying* vêm se desenvolvendo em países da Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, o Brasil restringe-se a discutir o tema, fazer palestras e, quando muito, publicar artigos com objetivos meramente acadêmicos.

Em Goiânia, no dia 20 de outubro de 2017, em um colégio nesta capital chamado Goyases, um adolescente atirou contra colegas, causando a morte de dois estudantes e deixando quatro feridos. O jovem alegou que sofreu *bullying* na escola e ele utilizou uma arma dos pais, que eram policiais. (G1, 2021)

De acordo com uma pesquisa realizada em 11 escolas cariocas pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia, 2011), no Rio de Janeiro, revelou que 60,2% dos casos de *bullying* acontecem em sala de aula.

Esses dados estatísticos, bastante alarmantes, têm chamado atenção da sociedade em geral. O assassinato tem sido a principal causa de morte de adolescentes do sexo masculino em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília etc., e grande parte desses, tiveram como cenário a sala de aula ou os pátios escolares. Daí a importância da intervenção pedagógica na formação do educador. Mudar a cultura perversa da humilhação e da perseguição na escola, trabalhar insistentemente na filosofia da inclusão, na aceitação da diversidade cultural, social, intelectual, sexual, na tolerância religiosa e política é o que deve ser feito. Deve-se atuar decisivamente no ambiente escolar, enfatizando a importância de se considerar e respeitar as diferenças individuais, resgatando valores e

princípios familiares, éticos e morais e, acima de tudo, a autoestima do jovem estudante brasileiro. Acredita-se que esta responsabilidade ainda está ao alcance das instituições formadoras. Para isso, é preciso identificar o *bullying* e aprender todas as estratégias de como evitá-lo.

A escola e os educadores, hoje, necessitam motivar-se para prevenir a violência, especialmente aquela cometida na família e no próprio ambiente escolar. Atitudes concretas como a melhoria da qualidade de ensino, da relação interpessoal entre professores e alunos, da integração e atenção da escola na família, são aspectos relevantes que podem prevenir a violência no âmbito escolar e familiar.

Há propostas de soluções que, de acordo com Fante (2005 p. 209):

para alcançarmos êxito na redução da violência, precisamos, primeiramente, conquistá-la na escola, por ser lá que os primeiros sinais de violência se manifestam entre os alunos. Devido ao seu poder propagador e multiplicador, a escola deve ensinar os alunos a lidarem com suas emoções para que não se envolvam em comportamentos violentos, transformando-os em agentes disseminadores de uma cultura de paz que se estenda aos seus demais contextos de vida.

Segundo Illich (1985), as escolas são conteudistas e visam a uma educação universal, que não é possível pelo fato de a aprendizagem não ser linear. O aluno, assim como qualquer pessoa, só aprenderá o que tiver sentido para ele. O sistema educacional que prega a inclusão gera a exclusão, tenta normatizar valores, enquadrar os alunos e confunde ensino com aprendizagem. Para melhoria nesse sistema, devem-se criar instituições que sirvam à interação pessoal, criativa e autônoma e que façam surgir valores não passíveis de controle.

Apesar do grande sentimento de impotência que se verifica na maioria dos professores, Cubas (2006, p. 46) afirma que grande número de pesquisadores da área de educação enfatizam que é papel do professor as ações de prevenção e intervenção da violência ou na reconstrução da função que a escola tem diante a vida dos jovens. De acordo com a literatura internacional, é papel do professor qualquer tipo de ação preventiva e de controle da violência nas escolas. De acordo com Fukui (1992 apud CUBAS, 2006, p. 46)

A análise do quadro de medidas adotadas e dos problemas de segurança apresentados indica que a questão da segurança nas escolas passa muito mais pela figura do professor, de sua ação educativa e sua atuação como formador de opinião do que propriamente pela atuação de profissionais de segurança pública.

Ainda, segundo Cubas (2006), perante os fatos, há novas exigências na profissão de professor, que não podem ser habilitados somente para educarem os alunos nas disciplinas que fazem parte do seu currículo. Os professores devem ser capazes de intervir e de evitar comportamentos agressivos. Para isso, Royer (2002 apud CUBAS, 2006) diz que há oito elementos que devem fazer parte da formação dos professores, para que estes se sintam preparados para lidar com a violência e pensar em estratégias para preveni-la nas escolas. Entre esses elementos estão:

- a) A necessidade de mostrar aos professores que a violência não é algo natural, mas que é uma questão que precisa ser pensada a partir do contexto em que está inserida;
- b) Que a escola pode realmente contribuir para evitar a violência. Considerando que a escola prepara os alunos para a vida social, ela pode ser a segunda oportunidade, ou até mesmo a última, de desenvolvimento das capacidades necessárias para desenvolverem habilidades e terem uma vida profissional e pessoal de sucesso;
- c) Os professores devem estar atentos à necessidade de agir em forma ativa e não reativa aos problemas que ocorrem na escola, o que deve ser pensado em um contexto de prevenção e de intervenção precoce da violência;
- d) Respeitar o contexto em que a escola está inserida, pensando em um modelo de intervenção que atenda à situação particular de uma escola ou de um aluno, considerando que o problema da violência é complexo e não, necessariamente, homogêneo;
- e) A necessidade de constante atualização de informações passadas aos professores a respeito da violência escolar;
- f) A política de formação dos professores deve ser guiada a partir dos resultados de pesquisas confiáveis sobre o tema violência;
- g) Os pais de alunos devem estar envolvidos nos projetos realizados pela escola, pois as intervenções realizadas em sala de aula não são suficientes para apresentarem resultados positivos, devem também levar em conta o ambiente em que vivem os alunos;
- h) Pelo mesmo motivo apontado anteriormente, deve ser estabelecida uma parceria com a comunidade da qual a escola faz parte e dos serviços oferecidos por ela. (ROYER, 2002 apud CUBAS, 2006)

De maneira geral, segundo Sposito (2001 apud CUBAS, 2006, p. 99), a violência na escola traz uma relação entre uma nova forma de socialização entre os alunos na qual predomina as práticas violentas, e esta situação está inserida

tanto nas escolas de áreas carentes como nas escolas particulares ou situadas em áreas nobres.

Em 2017, Aguiar e Barrera fizeram 76 alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com idade variando entre 10 e 15 anos, eles encontraram que haviam mais agressores masculinos que femininos na escola pública, mas que na escola particular essas diferenças não existiam. Entretanto, tanto na pública quanto na particular foram encontradas alta incidência de agressões (recreio e sala de aula), com atitude passiva dos observadores.

Portanto, deve-se levar em consideração a emergência e evidência dos fatos acima e, considerando as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) (BRASIL. MEC, 1996) e, ainda, os temas transversais (Ética, Cidadania, Educação Sexual e Desenvolvimento Sustentável) contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação (PCN) (BRASIL. MEC, 2005) que enfatizam a necessidade dos professores em cultivar os valores éticos e morais ao longo do processo educacional. Tudo isso em forma de informações e proporcionando situações vivenciais (oficinas, workshop, projetos, pesquisas, etc.), propiciando oportunidades reais para que os alunos estejam permanentemente em contato com as teorias e as práticas relativas ao processo de construção da cidadania. Essa foi a premissa que orientou o presente trabalho.

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica do projeto foi uma pesquisa de cunho qualitativo. Entretanto, também serão utilizados elementos da pesquisa quantitativa, quando for necessária uma maior visibilidade numérica dos dados.

Pesquisa, segundo Lakatos e Marconi (2001, p.43), pode ser:

Um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir realidades parciais. Significa muito mais do que procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

Neste sentido, Bogdan e Biklen (apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11–13) assinalam cinco características fundamentais da pesquisa qualitativa, a saber: a

pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta dos dados e o pesquisador como seu principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.

Ainda quanto à pesquisa qualitativa, Thiollent (1988, apud ZINATO; MONTENEGRO, 2004) salienta que a mesma promove a participação dos usuários do sistema escolar na busca de soluções aos seus problemas. Este processo supõe que os pesquisadores adotem uma linguagem apropriada. Os objetivos teóricos da pesquisa são constantemente reafirmados e afinados no contato com as situações abertas ao diálogo com os interessados, na sua linguagem popular.

Baseadas ainda em, Zinato e Montenegro (2004), elas enfatizam que não se trata apenas de observar ou de descrever. O problema consiste em saber como alcançar determinados efeitos, conceber objetos, organizações, práticas educacionais e suportes materiais com características e critérios aceitos pelos grupos interessados. Tal concepção possui uma dimensão conscientizadora.

Nesse sentido, o cenário da pesquisa foi uma escola da Região Administrativa de Santa Maria no Distrito Federal, onde foram colhidos dados com relação à violência no Ensino Fundamental e Médio.

Os participantes dessa pesquisa foram os especialistas sobre o assunto, diretor de escola (1), professores (2), Coordenador Pedagógico/Orientador Educacional (1), membro do Conselho Tutelar (1), ONGS (1) que trabalham com o assunto e (1) representante da comunidade em geral.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com as pessoas e entidades acima mencionadas, objetivando identificar e conhecer o fenômeno da violência na escola e a forma com que se apresenta.

A entrevista é definida por Haguette (1997, p. 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

A pesquisa poderá contribuir com outras instituições escolares públicas do Distrito Federal, colaborando assim, para a diminuição do problema da violência escolar.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Participaram deste trabalho dois professores, uma diretora, um orientador pedagógico, uma representante da comunidade, um representante de uma ONG e um representante do Conselho Tutelar, sendo ao todo três mulheres e quatro homens. Todos representantes da região administrativa de Santa Maria no Distrito Federal.

Os professores, diretora e coordenador atuavam em uma escola pública em Santa Maria, com poucos anos de funcionamento, que atendia alunos do ensino fundamental, em uma região onde prevalece uma população de baixa renda.

Os participantes da escola, professores, orientador e diretora possuíam graduação e especializações, os demais entrevistados, representantes da Organização Não Governamental (ONG) e comunidade eram graduados e o representante do Conselho Tutelar possuía ensino médio. Suas idades variaram entre 30 e 60 anos e, quanto ao tempo de serviço, estavam entre dois a vinte anos.

As categorias selecionadas para este trabalho foram:

- Formas de violência;
- Causas da violência;
- Consequências da violência;
- Medidas de prevenção e de diminuição da violência;
- Papel da escola diante da violência;
- Papel dos pais, da comunidade e do Estado;
- Preparação para lidar com a violência.

A seguir serão analisados e discutidos os dados, dentro de cada uma das categorias selecionadas.

4.1 FORMAS DE VIOLÊNCIA

Quando questionados sobre as frequentes manifestações de violência na escola, os representantes da escola apontaram o *bullying*, as ameaças e as agressões verbais, como os tipos mais frequentes.

“Entre alunos: *bullying* e brigas por motivos fúteis. Contra professores: ameaças, intimidações e vias de fato (raramente) provocadas por alunos e pais”. (Professor A).

Já sobre os tipos mais frequentes de violência na comunidade, os representantes apontaram abandono de incapaz, dependência química, *bullying*, brigas entre gangues e assassinatos de jovens. Porém, o representante de uma ONG destacou que as crianças e os adolescentes não podem ser estigmatizados por uma violência, na qual, não são os responsáveis, assim salientando,

A violência não é gerada pelas crianças ou adolescentes, eles só são reflexos de uma sociedade que se pauta na competitividade, onde cada um tem que superar o outro, ser melhor que o outro, e querem colocar a culpa nos adolescentes devido serem o lado mais fraco de toda essa questão. Temos que deixar de hipocrisia e ver que a raiz da violência não está em nossas crianças/adolescentes, e sim na forma de organização estrutural de nossa sociedade. (Representante da ONG)

De maneira coerente em relação às respostas obtidas, Santos (2001 apud OLIVEIRA, 2008) retrata que a escola não escapa desse fenômeno social e sofre com vários tipos de violência, como agressões e atos violentos em seu interior e arredores.

Há que se observar que a escola passa por sérias mudanças com questões relativas à sua estrutura, instâncias, currículos diferenciados e atividades pedagógicas também diversificadas. A violência acomete o mundo inteiro e de diversas formas. Percebe-se que na escola não é diferente desta realidade. A violência acaba adentrando aos “muros escolares” e criando alterações nas relações diárias, no convívio social e no psiquismo dos alunos, o que permite uma explosão de conflitos que acaba atrapalhando o processo de socialização, de aprendizagem e de formação.

Neste sentido, vislumbra-se que na escola, em sua totalidade, existem pessoas com várias subjetividades e que, durante sua convivência e ao se articularem, acabam mudando, transformando e construindo espaços de troca de experiências e alterando positivamente o processo educacional. Desta maneira, visam formar de forma crítica e autônoma o indivíduo, para que ele seja um verdadeiro cidadão.

Para entender melhor este preparo nas escolas, recorre-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96 (BRASIL,1996) que apresenta em alguns artigos os princípios necessários para que estas mudanças ocorram:

Art.2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

[...] Art.27. Os conteúdos curriculares da educação básica, observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. (BRASIL, 1996).

Portanto, quando ocorrerem as transformações e todos perceberem que os direitos devem ser iguais para todos, que a violência deve ser responsabilidade de todos e que a escola deve promover as articulações necessárias, procurando combater a violência escolar, estar-se-á propiciando vida digna para os indivíduos e, como também, propiciando um futuro melhor para todos os cidadãos.

Oliveira (2008) ainda reafirma os tipos de violência mais frequentes quando diz que a escola hoje tem aparecido nos noticiários como um cenário de agressões, ameaças, uso de armas, consumo de drogas, furtos e roubos.

Os professores já presenciaram atitudes de violência e também já foram vítimas de alguns tipos de violência, como agressões verbais e ameaças contra

a integridade física. “Ameaças contra a integridade física são, de certo modo, constantes”. (Professor A)

Cubas (2006), nesse sentido, afirma que os professores devem ser capazes de intervir e de evitar conflitos e tratamentos violentos. Para Silva e Assis (2018, p. 10), sobre este assunto:

Em geral, as propostas de prevenção da violência nas escolas têm sido norteadas por iniciativas das próprias escolas, por instituições privadas ou por políticas públicas. Essas iniciativas, ora propõem estratégias de formação, de reflexão e treino em competências sociais direcionadas a estudantes, docentes e demais funcionários, ora são caracterizadas por ações que envolvem a articulação do binômio segurança e participação.

Diante do contexto da violência nas escolas, as ações estruturadas e planejadas devem levar em conta a participação e interação dos seus integrantes, a articulação e a convivência visando à cidadania e às diferenças internas e externas.

4.2 CAUSAS DA VIOLÊNCIA

No que diz respeito às causas da violência, os fatores apontados por todos os participantes foram: a falta de investimento na educação, o ambiente familiar violento, o meio social, o alcoolismo, a impunidade nacional, a pobreza, as drogas, a desestrutura familiar, o preconceito, entre outros.

Para Silva e Santos (2018, p.13), as causas da violência retratam outras características e situações relacionadas a outros fatores, tais como:

[...] os programas de prevenção à violência escolar e o enfrentamento das práticas violentas nos espaços escolares devem levar em conta as diferentes características, realidades individuais e coletivas, nas quais o complexo fenômeno da violência escolar está pautado. A reflexão deve levar em conta a realidade concreta dos alunos e da família como parte envolvida nesse processo, e bem como questões políticas e ideológicas.

Desta forma, a reflexão relativa à temática deste trabalho, remete a analisar as causas da violência e seus pressupostos levando em conta outras situações que afetam o trabalho realizado nas escolas e que interferem nas relações cotidianas e nas atividades a serem desenvolvidas e nas planejadas.

Um dos participantes disse não perceber a violência na escola como algo alarmante; diz ser mais exagero dos meios de comunicação. O que está faltando, segundo esse representante, é diálogo entre professor e aluno, assim ressaltando:

A violência não está só no ambiente escolar, está em toda nossa estrutura social e a escola faz parte dessa estrutura. Na região, não vejo tanta violência o quanto dizem! Violência tem. Mas não tão crítica com se divulgam nos meios de comunicação; participo do ambiente escolar e não percebo essa violência toda; garotos que são vistos como problemáticos nas escolas são os mais criativos e os motivos de suas inquietações é por falta de diálogo construtivo entre a comunidade escolar (professores, alunos, pais), pois os “diálogos” que se vê nesses ambientes são impositivos, hierarquizando os relacionamentos, que professor é professor, aluno é aluno e não falam a mesma língua, não têm diálogo horizontal. (Representante da ONG, grifo nosso)

Segundo Oliveira (2008), coerente com parte dos dados dos participantes, a desigualdade social que atinge as relações humanas é, certamente, um dos fatores que contribuem de maneira marcante à degeneração do comportamento humano.

De acordo com os participantes, os professores e orientadores não podem ser considerados desencadeadores de violência, pois eles estão no ambiente escolar para mediar os conflitos existentes, exercitando o respeito e a tolerância, promovendo a paz para o ambiente escolar. Porém, para eles, o governo pode desencadear a violência.

Em desacordo com as respostas, Fante (2005) diz que na visão dos docentes, os alunos é que são violentos, como se professores, diretores, coordenadores pedagógicos fossem isentos de práticas violentas. Eles não se percebem desencadeadores de atitudes violentas. Mas, contrário ao que foi falado por alguns participantes, um professor fez o seguinte comentário: “sim, professores despreparados para a função do magistério podem piorar a situação na escola. Pode haver discriminação por parte do profissional em relação aos alunos violentos”. (Professor B)

De acordo com o participante da comunidade, o mundo contemporâneo ajuda por meio de seus novos modelos de família e de ações e pode ser um dos

responsáveis por esta situação, mas que é difícil apontar um responsável, sendo que a família e o Estado também são responsáveis.

4.3 CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA

Quanto às consequências foram citados a evasão escolar, a descrença nas instituições e nas pessoas, a desmotivação, a agressividade dentro e fora da escola e a desvalorização da escola e dos professores, a falta de identidade, baixo rendimento, infrequência, vícios, dentre outros.

O orientador pedagógico afirmou que “as consequências são a evasão escolar, a desmotivação, a agressividade dentro e fora da escola e outros fatores que levam ao círculo vicioso da violência”.

Neste entendimento, lembra Arendt (1994) “A questão da indisciplina na sala de aula foi lembrada pelos professores que atualmente sentem-se subjugados, enfraquecidos, acuados por uma parte dos alunos. Um aluno indisciplinado pode causar sérios prejuízos no contexto escolar [...]”.

4.4 MEDIDAS DE PREVENÇÃO E DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA

Todos os participantes responderam que a prevenção ocorre no cotidiano de sala de aula, devendo, para isto, promover palestras, debates buscando conscientizar o aluno sobre a gravidade do tema, projetos abordando o tema, tentar manter a ordem em sala de aula, com vigilância constante. De acordo com os representantes da comunidade e ONG devem ser tomadas medidas preventivas em concordância com o ECA e desenvolvidos trabalhos em conjunto, onde todos se responsabilizem pelos fatos e incentivo ao esporte, cultura e lazer para crianças e jovens.

Um meio saudável de prevenção à violência é o desenvolvimento de programas de **esporte, cultura e lazer**, que educativamente, colocam no centro do projeto a valorização da pessoa, e não a atividade em si. Inclusive, a escola deve ceder espaço à comunidade para a realização de eventos nesse sentido, incluindo, nesses programas a questão do combate às drogas, visto que estas geram a violência. Estejam também, nesses programas, ações que valorizem as relações familiares e incentivem os valores humanos, sendo que a forma de desenvolver ações preventivas vai depender muito de cada

realidade socioeconômica e cultural da comunidade em que se atua. (Representante da comunidade, grifo nosso)

Variados foram os projetos apresentados pelos participantes. Na escola, os projetos desenvolvidos não estavam ligados à violência, mas os professores desenvolviam o tema com os alunos em sala de aula.

Os professores disseram acreditar que atividades relacionadas ao esporte, jogos lúdicos e passeios podem contribuir para a prevenção da violência, porém estes profissionais desejam mais motivação, sem serem tão sobrecarregados.

O Conselho Tutelar aplica medidas de prevenção com a Assistência Social, o Posto de Saúde, o Programa de Distribuição de Rendas e o Acolhimento Institucional, envolvendo dependentes químicos, a família, a igreja, a sociedade e a ONG. Nele, são desenvolvidos projetos culturais, oficinas, a cultura do *hip hop* tendo como metodologia a educação para todos. “Como a comunidade escolar é relativamente tranquila, os projetos giram em torno de outras demandas. Contudo os docentes, em suas áreas e/ou disciplinas, sempre trabalham com essa temática. (Direção Escolar).

Há propostas de soluções que, de acordo com Fante (2005):

para alcançarmos êxito na redução da violência, precisamos, primeiramente, conquistá-la na escola, por ser lá que os primeiros sinais de violência se manifestam entre os alunos. Devido ao seu poder propagador e multiplicador, a escola deve ensinar os alunos a lidarem com suas emoções para que não se envolvam em comportamentos violentos, transformando-os em agentes disseminadores de uma cultura de paz que se estenda aos seus demais contextos de vida.

Torna-se necessário, de acordo com os participantes, o desenvolvimento de projetos na escola como forma de prevenção à violência.

4.5 PAPEL DA ESCOLA DIANTE DA VIOLÊNCIA

Para o diretor, a escola possui uma postura bem rígida quanto à violência e que estão de acordo com a Secretaria de Educação, que procura inserir a família no processo para que assuma suas responsabilidades. Quanto ao questionamento se existe na escola a figura do professor agressor, ele afirmou

que este ainda não foi identificado, que não houve reclamação nesse sentido, mas que, muitas vezes, os alunos têm medo de denunciar. Segundo o orientador pedagógico, "essa situação ainda não foi vivenciada pela equipe gestora, pois, creio que há um receio, por parte da comunidade discente, de formalizá-la quando ocorre em sala de aula".

Após solicitação da direção da escola, o SOE pode conversar com o professor para entender os motivos que o levaram a esta atitude. Orientar o professor para buscar ajuda especializada no caso de algum desconforto emocional. (Participante da coordenação escolar)

Com relação à questão de onde partia a violência, se era entre aluno-aluno, aluno-professor ou mesmo professor-professor, a resposta foi taxativa de que era entre os alunos.

Ao contrário dos dados dos participantes, Royer (2002 apud CUBAS, 2006) apresenta que a escola pode contribuir para prevenir a violência, pois a escola prepara os alunos para viverem em sociedade; sendo assim, a escola representa a segunda oportunidade ou a última, de desenvolver habilidades e de terem uma vida profissional de sucesso. Ainda afirma o autor que cabe aos professores ficarem atentos a intervir de forma ativa e não reativa aos problemas que ocorrem na escola.

Perguntados qual o papel da educação diante da violência, todos os participantes se posicionaram, à exceção da diretora da escola. Os dados coletados enfatizaram que se deve promover a reflexão das atitudes violentas em parceria com a família, que a escola não tem estrutura para trabalhar sozinha essa questão; que se deve utilizar um método pedagógico mais ativo; programas educacionais; ensino religioso e formar e educar os jovens.

O mínimo que se exige da escola é que honestamente operacionalize os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que incluem os temas transversais e o ensino religioso, e incentivem a desenvolver programas educacionais que proporcionem a formação de cidadãos críticos e responsáveis diante de uma sociedade cheia de problemas, entre eles das drogas que gera tanta violência, dentre outros problemas. (Participante da comunidade).

Os dados apresentados remetem à Fante (2005), quando esta diz que o fenômeno não pode alastrar, mas para isto os profissionais da educação precisam estar preparados e capacitados para conseguir atuar de maneira eficaz.

4.6 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS, O PAPEL DA COMUNIDADE E DO ESTADO

De acordo com o diretor da escola, os pais participam minimamente na vida escolar dos filhos e somente comparecem à escola quando são chamados pela direção. Nesta realidade, a ausência da família influencia amplamente no contexto de violência.

Sendo a família o modelo inicial de socialização, ela deve construir um modelo positivo para a criança, pois a relação de afeto com as figuras paternas e maternas são os registros iniciais de experiências emocionais que repercutem na formação da personalidade do indivíduo.

A falta de afeto e a ausência dos pais refletem significativamente no comportamento e nas ações dos filhos no ambiente escolar. Para Souza (2008, p.127):

A falta de afeto e de valores está relacionada com a frequente ausência dos pais, que em busca da sobrevivência diária, para a família deixam seus filhos com irmãos mais velhos ou babás, o que reduz cada vez mais o tempo de convívio entre pais e filhos. Essa mudança nas relações familiares tem várias implicações. O abandono pode decorrer tanto da necessidade de trabalho dos pais, quanto do total despreparo por parte dos mesmos, no trato com a criança, e ainda pela inversão de valores com relação ao papel da escola.

Desta forma, entende-se que o que acontece no ambiente escolar é reflexo de situações ocorridas no seio familiar ou de dificuldades nos aspectos socioeconômicos pelos alunos em seus respectivos ambientes.

Se os pais não estão presentes na vida escolar de seus filhos, provavelmente, estas crianças se sentem abandonadas no contexto escolar, ficando, assim, vulneráveis à violência.

A participação de pais na vida escolar dos alunos é mínima, praticamente só comparecem quando “convocados”. Certamente, essa ausência da família na escola colabora, e muito, para esse contexto de violência. (Diretora)

Coerentemente a esta análise, Fante (2005) explica que os fatores externos à escola são vitais para a formação da personalidade da criança, porque toda a influência que a criança adquire, está no contexto familiar.

De acordo com Royer (2002 apud CUBAS, 2006), “os pais de alunos devem estar envolvidos nos projetos realizados pela escola, pois as intervenções realizadas em sala de aula não são suficientes para apresentarem resultados positivos, devem também levar em conta o ambiente em que vivem os alunos”. Constata-se, assim, a importância da família em todos os segmentos da educação de seus filhos.

O Conselho Tutelar é composto por membros eleitos pela comunidade para acompanharem as crianças e os adolescentes, decidindo em conjunto sobre qual medida de proteção para cada caso.

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos na lei. Art. 31 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Representante da comunidade).

Para os participantes, somente o Estado não é suficiente no combate à violência e que é dever também da família, da escola, da igreja, da comunidade e da sociedade em geral.

O Estado é omissivo, o Estado só está presente como órgão de repressão, e como repressão não combate violência. Essa ação é ineficaz, ações essas que vêm num caráter de marginalização de nossa juventude. (PARTICIPANTE DA ONG).

Quanto à importância da comunidade, o diretor enfatizou que é de suma importância o envolvimento de todos os segmentos da comunidade, principalmente da família.

4.7 PREPARAÇÃO PARA LIDAR COM A VIOLÊNCIA

Alguns dados encontrados demonstram que, em parte, os professores encontram-se preparados porque, com as experiências do dia a dia, acabam

aprendendo a contornar os problemas que surgem. Outros destacaram que não foram preparados para lidar com estes tipos de situações. Um dos participantes afirmou que “na formação acadêmica falta muito o contato com a escola real, o aluno real e sobra o ideal”. Outro professor respondeu que quase não há treinamento para ensiná-los a lidar com esse tipo de situação e que, além disso, há outras crianças em sala para serem orientadas.

Constatou-se em alguns depoimentos o medo dos professores de lidar com determinadas situações, quando elas acontecem nos arredores da escola, em especial, os problemas com o tráfico de entorpecentes. Nesse sentido, afirma Columbier (1989, grifo do autor):

[...] alunos indisciplinados e mal educados atormentam professores, e estes não apresentam condições para "controlar a bagunça que come solta dentro da sala de aula". E o que é pior: não bastassem as conversinhas, os risinhos, as guerrinhas de papel, o respeito pela figura do professor passou a ser tão raro, como uma nota 10 em redação.

Os professores, realmente, não foram preparados para lidar com este fenômeno e acabam por utilizar de suas experiências para contornar as situações de violência.

Neste contexto, pode-se perceber que várias interferências acabam por prejudicar a todos na escola e ao seu redor, portanto há que se entender que a necessidade de transformação é necessária e pode-se afirmar que na transição pode e deve haver um diálogo estabelecido entre as partes institucionais e articuladas com a comunidade local. A autora Rocha (2000, p. 194) sugere que:

Para enfrentarmos a sensação de impotência de criar, o tédio institucional produzido nas instituições atuais, um outro plano real precisa de escuta: o plano das turbulências, das intensidades, nível do qual se dão as afecções [...] facultando o envolvimento, as implicações e a ação. (2000, p.194)

Percebe-se que nesse processo pode-se compreender o porquê das implicações que acontecem no contexto escolar e que muitas vezes, não são visualizadas e, outras vezes, acontecem as vias de fato, onde alguns esclarecimentos são revelados nos fatos acontecidos no interior das escolas e outros ninguém fica sabendo do ocorrido. Portanto, torna-se necessário cada vez

mais o diálogo para que os docentes, discentes e comunidade externa consigam envolver-se e partilhar conhecimentos a fim de transformações positivas e claras no interior e ao redor da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, há uma grande preocupação por parte dos educadores com a violência que se alastra no contexto escolar. Entretanto, o termo violência é bastante amplo e gera diversas discussões a respeito de seu conceito, de suas causas, da sua natureza e da delimitação de seu objeto.

Esta pesquisa demonstrou que as escolas estão despreparadas para lidar com este problema e que os professores não possuem uma formação adequada para lidar com o fenômeno. De um modo geral, ainda falam em projetos, como se a violência devesse ser trabalhada pontualmente e não durante todo o tempo.

O sistema educacional tem como obrigação nutrir as relações interpessoais. No entanto, quando ocorrem conflitos entre os indivíduos, a escola acaba se omitindo para diminuir sua responsabilidade quanto à ocorrência e à sua eliminação. Também, para se proteger de escândalos ou até mesmo por medo de vingança por parte dos agressores, prefere silenciar a denunciar os atos de violência, atribuindo as causas a fatores externos, para eximir-se da culpa.

Podem ser observados os tipos de violência praticados tanto na escola como nos seus arredores e um desses tipos é o *bullying*, que surgiu nas últimas décadas para classificar um tipo de violência que tem aparecido, principalmente nas escolas, como reflexo da sociedade. Embora não seja um fenômeno novo, tem sido estudado recentemente, em função da proporção atual, onde o agressor é sempre alguém em situação de vantagem em relação ao agredido.

De acordo com o resultado da pesquisa realizada, foi possível confirmar as hipóteses inseridas neste trabalho, pois pode ser observado que é possível conhecer sobre o fenômeno violência por meio de pessoas da comunidade escolar e de especialistas no assunto. Observa-se, também, que profissionais

preparados e dispostos a transformar o contexto escolar podem alterar os comportamentos agressivos no ambiente escolar.

Ainda, de acordo com a pesquisa, percebeu-se que as pessoas da comunidade escolar apresentam de forma eficaz, propostas para prevenir e combater a violência, como programas de esportes, de lazer e de cultura.

Por último, observa-se que a realidade em que se insere a escola pública nos dias atuais, é ambiente com variados tipos e casos de violência como furtos, agressões e *bullying*.

Por meio deste trabalho, conclui-se que, acabar com a violência social e estabelecer uma paz global, é quase impossível e, reduzir essa violência, não é uma missão tão fácil. Porém, se houver conscientização, planejamento, comprometimento, cooperação e investimento de toda a sociedade e do Estado, acredita-se que seja possível e viável o seu combate e diminuição.

Finalizando o trabalho, vale ressaltar que a diminuição da violência na educação e a melhoria do seu convívio dependem de vários níveis de atuação, desde os órgãos gestores centrais que elaboram políticas e programas até as escolas, que precisam estar mobilizadas para acolher essas iniciativas, com a ajuda da comunidade.

Ressalta-se aqui a colaboração da escola e da comunidade, para a realização deste trabalho, sendo que as entrevistas foram realizadas de maneira tranquila, onde os participantes contribuíram com seriedade e disposição.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2003.

_____. *Violência nas escolas*. 4. ed. Brasília: UNESCO, 2004.

_____. *Programa de prevenção a violência nas escolas*: Rio de Janeiro: Escolas. Flasco, 2015.

ABRAPIA. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/exposicoes/sociedade/ongs/ong_abrapia.html.
Acesso em: 01 set. 2011.

AGUIAR, L. G. F.; BARRERA, S. D. Manifestações de *Bullying* em diferentes Contextos Escolares: um estudo exploratório. *Psic. cienc, prof.* vol.37 no. 3 Brasília JULY/Sept. 2017

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARRIETA, G. A. *A violência na escola: a violência na contemporaneidade e seus reflexos na escola*. Canoas: ULBRA, 2000.

BOTLER, A. M. H. Juventude e Escola: violência e princípios de justiça em escolares de ensino médio. *Cad. CEDES vol.40 no.110*. Campinas Jan./Mar. 2020, Epub Apr 17, 2020.

BRASIL. MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96*. Brasília: MEC, 1996.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 2005.

CANDAU, V. M.; LUCINDA, M. da C.; NASCIMENTO, Maria das G. *Escola e Violência*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COLOMBIER, C. et al. *A violência na escola*. São Paulo: Summus, 1989.

CONSTANTINI, A. *Bullying: Como combatê-lo?* SP: Itália Nova, 2004.

COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Grad, 1991.

CUBAS, Viviane de Oliveira, In:_____; ALVES, Renato. *Violência na escola: um guia para pais e professores*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

G1. Disponível em:
<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/05/15/adolescente-que-atirou-contra-colegas-no-colegio-goyases-e-liberado-de-centro-de-internacao-de-anapolis.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2021).

ÚLTIMO SEGUNDO. *Chacina de realengo*. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/crimes/chacina-em-realengo/n1596995015181.html>. Acesso em: 24 set. 2011.

FANTE, Cleo. *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. 2. ed. São Paulo: Verus, 2005.

FANTE, C.; PEDRA, J. A. *Bullying escolar: perguntas e respostas*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GUIMARÃES, E. *Escola, galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILLICH, I. *Sociedade sem escolas*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: IPEA, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Eny da Luz L. Gestão escolar e combate à violência: uma articulação necessária. *Contrapontos: Revista de Educação da Universidade do Vale do Itajaí*. v. 8, n. 3, p. 491-505, set./dez. 2008.

PAVIANI, Jayme. *Conceitos e formas de violência*. 2 ed. Caxias do Sul: EducS, 2016.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. *Revista Diálogo Educacional*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: Champagnat. v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009.

ROCHA, M.L. Educação em tempos de tédio: um desafio à micropolítica. In: Tanamach, E. R.; Proença, M; Rocha, M. L. *Psicologia e Educação: desafios teóricos-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2000. p.194.

SILVA, Flaviane Ribeiro da; ASSIS, Simone Gonçalves. Prevenção da Violência Escolar: Uma revisão da literatura. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v.44, e157305, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517/97002-ep-S1517-9702201703157305.pdf>. Acesso 11/11/2021.

SOUZA, Mírian Rodrigues de. Violência nas Escolas: causas e consequências. *Caderno Discente do Instituto Superior de Educação*, Aparecida de Goiânia, p.119 a 135,2008.Disponível em: <http://www.faculdadealfredonasser.edu.br/files/pesquisa/Artigo%20VIOL%C3%84NCIA%20NAS%20ESCOLAS%20CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%84NCIAS.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco* / Júlio Jacobo Waiselfisz e Maria Maciel. Brasília: UNESCO, 2003.

ZINATO, V. A. M.; MONTENEGRO. E. *Orientações metodológicas de uma pesquisa qualitativa*. Brasília, 2004. (texto digitado).

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Entrevistador (a): _____

Data: ____/____/20____.

Roteiro de entrevista para professor sobre o tema: A sociedade e a violência nas escolas – diagnose-proposta de solução.

Dados de identificação

1. Sexo: feminino () masculino ()

2. Faixa Etária:

20-30 ()

31-40 ()

41-50 ()

51-60 ()

Acima de 60 ()

Questões

3. Formação acadêmica (graduação-especialização-mestrado-doutorado).

4. Tempo e experiência no Magistério.

5. Já presenciou ou foi vítima de alguma ação violenta enquanto professor? Justifique.

6. Quais as formas de violência mais presentes nas escolas e em sala de aula?

7. Quais são as principais causas e consequências da violência escolar?

8. Qual o papel da educação diante da problemática da violência escolar?

9. Numa situação de agressão verbal ou física entre alunos, qual deve ser a postura do professor?

10. Quais são as medidas que os professores podem adotar para atuar e prevenir atos de violência no contexto escolar e de sala de aula?

11. Quais as sugestões de atividades que você considera mais eficazes para prevenção e combate a violência?

12. Os professores também podem ser considerados desencadeadores da violência no espaço escolar? Justifique.

13. Há rejeição por parte da família e/ou da escola à criança violenta?

14. Há rejeição por parte do professor ao aluno violento? Quais as atitudes da maioria dos professores diante deste aluno?

15. O professor hoje, de acordo com sua avaliação, está preparado para atuar como mediador na prevenção da violência escolar?

16. Sua formação acadêmica o preparou para lidar com o fenômeno da violência presente nas escolas? Explique.

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENADOR
PEDAGÓGICO/ORIENTADOR EDUCACIONAL**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE - FACES

ENTREVISTADOR _____ (A):

Data: ____/____/20____.

**Roteiro de entrevista para Coordenador Pedagógico/Orientador
Educacional sobre o tema: A sociedade e a violência nas escolas –
diagnose-proposta de solução.**

Dados de identificação

01. Sexo: feminino () masculino ()

02. Faixa Etária:

20-30 ()

31-40 ()

41-50 ()

51-60 ()

Acima de 60 ()

Questões

03. Formação acadêmica (graduação-especialização-mestrado-doutorado):

04. Tempo de experiência como orientador/coordenador:

05. Sua formação acadêmica o preparou para lidar com o fenômeno da violência no espaço escolar?

06. Já presenciou ou foi vítima de alguma ação violenta enquanto orientador/coordenador educacional?

07. Quais as formas de violência mais presentes em sala de aula?
08. Há rejeição por parte da família e da escola à criança violenta?
09. Há rejeição por parte do orientador/coordenador ao aluno violento? Quais as atitudes da maioria dos orientadores/coordenadores?
10. Qual o papel da educação diante da problemática da violência escolar?
11. Enquanto orientador educacional, como você reagiria com um professor agressor?
12. Quais são as medidas que os orientadores podem adotar para atuar e prevenir atos de violência no contexto escolar e de sala de aula?
13. Os orientadores/coordenadores também podem ser considerados desencadeadores da violência no espaço escolar? Justifique.
14. Quais são as principais causas e consequências da violência escolar?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A DIREÇÃO ESCOLAR

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Entrevistador(a):

Data: ____/____/20____.

Roteiro de entrevista para a Direção Escolar sobre o tema: A sociedade e a violência nas escolas – diagnose-proposta de solução.

Dados de identificação

01. Sexo: feminino () masculino ()

02. Faixa Etária:

20-30 ()

31-40 ()

41-50 ()

51-60 ()

Acima de 60 ()

Questões

03. Formação acadêmica (graduação-especialização-mestrado-doutorado):

04. Tempo de experiência com direção escolar:

05. Qual a postura da escola diante do aluno agressor?

06. Qual a postura da escola diante do professor agressor?

07. Há algum projeto na escola com o objetivo de prevenir a violência no ambiente escolar?

08. Qual a importância da comunidade escolar diante da problemática da violência escolar?
09. Quais as formas de violência mais presentes em sala de aula?
10. Qual o papel da educação diante da problemática da violência escolar?
11. Quais são as medidas que a escola adota para atuar e prevenir atos de violência no contexto escolar e de sala de aula?
12. A violência na escola ocorre mais a partir do aluno x aluno, aluno x professor ou professor x professor?
13. Há um acompanhamento dos pais com os seus filhos violentos. A falta de presença dos pais tem relação com a violência escolar?
14. Quais são as principais causas e consequências da violência escolar?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Entrevistador (a): _____

Data: ____/____/20____.

Roteiro de entrevista para membro do Conselho Tutelar sobre o tema: A sociedade e a violência nas escolas – diagnose-proposta de solução.

Dados de identificação

01. Sexo: feminino () masculino ()

02. Faixa Etária:

20-30 ()

31-40 ()

41-50 ()

51-60 ()

Acima de 60 ()

Questões

03. Formação Acadêmica?

04. Tempo de experiência na área da infância e da juventude?

05. Tempo de atuação no Conselho Tutelar?

06. Quais os tipos de violência mais registrados no Conselho Tutelar de Santa Maria?

07. Qual a relação do Conselho Tutelar com a escola?

08. Há rejeição, por parte da família e da escola, à criança violenta?
09. Quais são as principais medidas que o Conselho Tutelar adota nos variados casos de violência?
10. Quais são as principais causas e consequências da violência?
11. Há algum trabalho de prevenção do Conselho Tutelar? Explique.
12. Qual o papel da educação diante da problemática da violência escolar?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Entrevistador _____ (a):

Data: ____/____/20____.

Roteiro de entrevista para uma liderança da comunidade sobre o tema: A sociedade e a violência nas escolas – diagnose-proposta de solução.

Dados de identificação

01. Sexo: feminino () masculino ()

02. Faixa Etária:

20-30 ()

31-40 ()

41-50 ()

51-60 ()

Acima de 60 ()

Questões

03. Formação Acadêmica?

04. Em sua opinião, quem são os principais responsáveis pela violência gerada pela criança e adolescente?

05. Quais os tipos de violência mais comum na comunidade?

06. Em sua opinião, qual o papel da educação e da escola para prevenir a violência praticada pela criança e adolescente?

07. Já desenvolveu algum trabalho comunitário na área de prevenção à violência praticada pela criança e o adolescente? Justifique.

08. Que atitude poderia ser tomada para diminuir o nível de violência escolar?

09. Você conhece o Conselho Tutelar ou sabe qual é a sua função? Explique.

10. A ação do Estado é suficiente na área da violência infanto-juvenil? Explique.

11. Quais são as principais causas e consequências da violência no ambiente escolar?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO DA ONG

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Entrevistador (a): _____

Data: ____/____/20____.

Roteiro de entrevista para membro da ONG sobre o tema: A sociedade e a violência nas escolas – diagnóstico-proposta de solução.

Dados de identificação

01. Sexo: feminino () masculino ()

02. Faixa Etária:

20-30 ()

31-40 ()

41-50 ()

51-60 ()

Acima de 60 ()

Questões

03. Formação Acadêmica?

04. Qual o objetivo principal da ONG e dos projetos desenvolvidos?

05. De acordo com a ONG, quais são os principais tipos de violência gerados pela criança e adolescente?

06. Qual o papel da educação para prevenção da violência praticada pela criança e adolescente?

07. Em sua opinião a ação do Estado é suficiente na área da violência infanto-juvenil? Explique.

08. A falta de espaço de cultura, esporte e lazer para a criança e adolescente na cidade geram a violência? Justifique.

09. A ONG já desenvolveu algum projeto com o objetivo de diminuir a violência na comunidade? Como foi a experiência?

10. Quais atitudes poderiam ser tomadas para diminuir a violência na comunidade, principalmente a praticada por crianças e adolescentes?

11. A ação do Estado é suficiente na área da violência infanto-juvenil? Explique.

12. Quais são as principais causas e consequências da violência no ambiente escolar?

● CONCLUSÃO DA OBRA

Chegamos à conclusão da obra. Esperamos que ela possa contribuir para conhecer, refletir e ajudar à comunidade escolar, pesquisadores e quiçá formuladores de políticas públicas, em relação ao fenômeno da violência. Pudemos compreender a seriedade e a complexidade do tema. Acreditamos que o nosso trabalho tenha sido representativo da realidade, tendo em vista de que entrevistamos diretor, coordenador pedagógico/orientador educacional, professores, representantes da comunidade em geral, e especialistas sobre o assunto, como um membro do Conselho Tutelar, uma pessoa de uma ONG e autores de livros sobre Violência Escolar, quanto ao fenômeno da violência. Todos apresentaram uma visão crítica com relação ao assunto, inclusive apontando também como causas à violência, as questões socioeconômicas, culturais e políticas da sociedade.

Portanto, temos uma boa diagnose sobre o assunto, bem como propostas de solução, e o grupo de pesquisa Prática Pedagógica e Formação de Professores continuou trabalhando sobre este fenômeno, desta feita com uma pesquisa de intervenção, que será objeto de outra publicação.

Hoje temos claro o que é a violência e o que é a violência escolar, as suas causas, os seus tipos e manifestações e suas consequências. Sabemos também que muitos estão envolvidos: a família, a escola, a sociedade e o Estado, em seus conflitos e ausência, mas que são os mesmos que poderão contribuir para a prevenção e a diminuição do fenômeno da violência.

Verificamos que há vários tipos de violência, aparentes ou velados, contra si, contra o outro e contra o patrimônio. Os vários tipos de violência que acontecem nas escolas (brigas, agressões verbais, indisciplina, violência sexual, roubos, furtos, *bullying*, tráfico de drogas, dentre outros), revelam que ainda estamos despreparados para lidar com a variedade de situações graves e constrangedoras. Demonstramos também que algumas dessas razões é que os professores não possuem formação adequada para lidar com o fenômeno, não temos políticas públicas efetivas e diagnósticos importantes sobre esse tema.

De um modo geral, ainda falam em projetos, como se a violência devesse ser trabalhada pontualmente e não durante todo o tempo.

Podem ser observados esses tipos de violência praticados tanto na escola como nos seus arredores e, um desses tipos, é o *bullying* que, no sentido aqui aplicado, surgiu nos anos de 1970, para classificar um tipo de violência que tem aparecido, principalmente nas escolas, como reflexo da sociedade. Embora não seja um fenômeno novo, tem sido muito estudado, em função da proporção atual, com situações frequentes, onde o agressor é sempre alguém em situação de vantagem em relação ao agredido.

Nossas escolas cada vez mais aparecem nas mídias pelos casos de violência, tanto dos alunos quanto dos docentes. A realidade apresentada nos estudos deixa clara a evolução e a expansão desta temática, mas também nos revelam que situações podem ser evitadas e sanadas, se procurarmos agir coletivamente e principalmente com profissionais qualificados, melhorando, a qualidade do convívio escolar. Entendemos que não é uma questão fácil de prevenir e combater.

A conclusão de uma das pesquisas foi a de que no sistema educacional, quando ocorrem conflitos entre os indivíduos, acaba se omitindo para diminuir sua responsabilidade quanto à ocorrência e à sua eliminação. Também, para se proteger de escândalos ou até mesmo por medo de vingança por parte dos agressores. Prefere silenciar a denunciar os atos de violência, atribuindo às causas, fatores externos.

Encontramos diversas alternativas ao fenômeno da violência, tais como: projetos coletivos da escola, com os alunos e pais, e com a comunidade; o envolvimento dos jovens nas discussões sobre o tema, levando-os à reflexão quanto à problemática e com proposição de ações; diálogos; cobrança de ações das entidades governamentais ligadas à educação; busca de ajuda nas instituições de ensino superior; promoção da formação continuada dos professores; estabelecimento de um contrato de convivência, com regras claras com relação à disciplina e ao comportamento, envolvendo todos da escola, para

criar uma cultura de paz; e o incentivo a atividades (palestras, esportes variados, teatros, projetos, dentre outros).

Todas essas atividades deverão ter o envolvimento da escola como um todo, da família, da comunidade e das instituições públicas e privadas, preocupadas em prevenir e combater as situações da violência escolar, o que, certamente, provocará um clima agradável na escola, propiciando maior aprendizagem aos alunos.

Esperamos também com este trabalho que ele leve à reflexão, seja instigador, incentive às ações e que tenha continuidade em outros estudos, na busca pela paz na escola. E que tudo isto incentive à criação de programas, projetos e políticas públicas na questão, sobretudo, de prevenção à violência, sob o risco de que ela aumente cada vez mais.

Finalizamos afirmando que vivemos uma época conturbada onde a desesperança é grande e acomete à população brasileira, de forma a nos deixar “sem chão e sem ação”. Sabemos que o desafio é grande e instigante, como também, que possui vários obstáculos, porém não devemos desanimar. A discussão e as ações são inevitáveis e necessárias em todos os contextos. Este quadro deverá ser revertido quando todos tiverem conhecimentos e assumirem compromissos e responsabilidades para com o outro.



POSFÁCIO

Faço parte do grupo de pesquisa Prática Pedagógica e Formação de Professores, grupo que produziu este trabalho, com alguns de seus integrantes, sobre Violência Escolar.

Entretanto, não fiz parte desta pesquisa, mas sou da linha de pesquisa desse grupo – Arquitetura e Educação – que também trabalha com a questão da violência escolar, pois acredito que o ambiente escolar, em sua estrutura física, é muito importante para o processo ensino-aprendizagem e para prevenir e combater a violência escolar. Conforme Libâneo (1994, p.116), “a escolar pode exercer também um efeito estimulador para o estudo ativo dos alunos, e que, todos os atores envolvidos, professores, direção e pais, devem contribuir para que a escola seja um lugar agradável e acolhedor”.

Considero relevante este tema, tão presente no mundo atual e intenso no nosso país. Os autores deste livro não pararam na diagnose e na elaboração de propostas à prevenção e medidas de atuação na violência. Também foi além, colocaram a “mão na massa”, no dito popular, partindo para a intervenção, em uma escola pública de educação básica, atuando em uma campanha pela Paz na Escola, por dois anos.

Foi neste projeto que dei minha contribuição, fazendo diagnose das condições da escola e elaborando um relatório dos pontos arquitetônicos a serem corrigidos. Sei que existe a violência contra o patrimônio, onde ocorrem o vandalismo, a pichação e a depredação. A escola deverá cuidar do seu ambiente escolar como um todo, mas será necessário descobrir também a razão da violência dos alunos e, caso ocorra com pessoas alheias à escola, deverá buscar ajuda na comunidade.

Por fim, gostaria de dizer que fico muito contente em posfaciar uma obra sobre um assunto importante, que exige medidas urgentes.

Brasília, 11 de novembro de 2021.

Profa. Dra. Eliete de Pinho Araujo.*

*Pós-doutora pela Universidade da Coruña, Doutora em Ciências, ENSP - Fiocruz (2008 - Capes nível 6), Mestre em Planejamento Urbano - Tecnologia FAU UnB (1999), Arquiteta pela FAU-UFRJ (1976), Licenciatura em Educação Física Dom Bosco (1988), Professora da FATECS e Coordenadora do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB.